



RELATÓRIO DA PESQUISA DO PERFIL DAS/OS ESTUDANTES DA UEPG ACERCA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA INSTRUÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A Representação Discente do Conselho Universitário (CoU) junto da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a Associação de Pós-graduandos da UEPG (APG), recorreram à elaboração de uma pesquisa mediante a aplicação de um questionário junto das/os estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa para fazer um levantamento das condições de acesso e permanência dos nossos estudantes para a modalidade de Ensino a Distância (EaD) no período de quarentena do Corona Vírus.

Os dados desta pesquisa de levantamento de demandas foram tratados pela PRAE e pela Representação Estudantil, considerando os estudantes na condição de usuários da política de educação superior pública e da assistência estudantil da Universidade Estadual de Ponta Grossa e das políticas afirmativas nela vigentes. Portanto, levou em consideração os dispositivos da Lei n. 13.460 de 26 de junho de 2017 que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, sobre o princípio da presunção da boa-fé dos usuários, para a legitimidade e recepção das informações prestadas pelos estudantes, ao participarem desta pesquisa de levantamento de demandas estudantis para fins de instrução de tomada de decisão quanto a possível necessidade de implantação de benefícios emergenciais conforme as decisões a serem tomadas pelo CoU, em reunião no dia 27/04/2020, em especial, quanto a adoção ou não de EaD na Universidade Estadual de Ponta Grossa, na condição de usuários dos serviços públicos educacionais e de assistência estudantil perante a universidade. O levantamento ainda subsidiará outros projetos institucionais que venham a ser elaborados pela universidade e projetos já em andamento, como o de Inclusão e Acessibilidade Digital que está sendo pensado pela PRAE em conjunto com a Biblioteca da UEPG.

O questionário partiu, inicialmente, do estudo dos dados do questionário elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), realizado para a ocasião da última reunião do CoU, o qual serviu de referência para a elaboração das questões do novo questionário aplicado, que teve por objetivo sanar uma demanda do próprio CoU acerca do levantamento de dados da realidade dos estudantes da UEPG acerca da EaD, conforme encaminhamento da última reunião. O questionário contou com 29 questões objetivas que versaram sobre características socioeconômicas e de identidade dos/as estudantes, bem como sobre suas condições estruturais, domésticas e de saúde mental mediante um possível contexto de adoção de EaD. A validação dos dados se deu pelo número



do Registro Acadêmico (RA) das/os estudantes de graduação e pós-graduação, bem como dos endereços de e-mails, todavia, por questões de sigilo, estes dados não serão divulgados.

A PRAE, que é responsável pela política de assistência estudantil na UEPG, entende que esta iniciativa foi necessária não só para o contexto atual, no qual vivemos uma situação atípica em virtude da pandemia da Covid 2019, mas também porque muitos cursos presenciais já possuem disciplinas em EAD. Sendo assim, é necessário saber do acesso das/os estudantes a internet para poder intervir nos casos em que não tenham condições plenas para a realização dessas atividades no âmbito do ensino superior.

A representação estudantil no CoU, junto da Associação dos Pós-graduandos da UEPG, compreende que as discussões sobre a continuação do calendário universitário na condição da modalidade EaD precisam levar em consideração as condições estruturais, sociais e psicológicas que nossos colegas estudantes possuem. Nesse sentido, estas instâncias de representação estudantil se debruçaram junto da PRAE para fazer esse levantamento e a partir dos dados que defendem as suas posturas e proposições nas reuniões do COU.

A análise do questionário pretende subsidiar as discussões que possam surgir sobre EaD na próxima reunião do CoU e também futuras ações que já vem sendo elaboradas, como por exemplo, um projeto que está sendo construído em uma parceria da Biblioteca UEPG com a PRAE sobre acessibilidade digital para estudantes com deficiência.

Trabalharam na divulgação da Coordenadoria de Comunicação da UEPG com apoio das servidoras da PRAE e das representações discentes do CoU e de membros da Associação de Pós-graduandos da UEPG (APG) e das coordenações de curso de graduação e pós-graduação na divulgação. E ainda o Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) que encaminhou e-mail aos estudantes e inseriu o link da pesquisa no acadêmico on-line. A pesquisa foi divulgada na página oficial da UEPG e nas redes sociais da universidade. Foi ainda divulgada na página da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e no seu perfil de facebook e replicada em grupos de estudantes no whatsapp.

A PRAE se disponibilizou a auxiliar no preenchimento do questionário, os estudantes com deficiência visual e fez contato via telefone para isso. A matéria de divulgação no site da UEPG contou com áudio para facilitar a comunicação com os/as estudantes com deficiência visual.

O questionário buscou atingir o maior número de alunas e alunos. O prazo para responder foi de 17 de abril de 2020 até o dia 24 de abril de 2020, sendo encerrado a meia noite da referida data de término.

O presente relatório foi estruturado, em conjunto pela PRAE e pela representação discente e estudantes da APG, resguardando-se a autonomia e a independência de cada um no processo.



Os procedimentos para a elaboração e sistematização do mesmo foram os seguintes: Realizou-se a conferência dos dados de identificação dos participantes, com objetivo de sanar qualquer inconsistência, visando assegurar a credibilidade dos dados apresentados. Após realizou-se os filtros para cruzamento de dados, conforme dados da planilha gerada pelo google formulário.

Os cruzamentos de dados foram realizados tanto pela PRAE como pela representação estudantil de forma independente a fim de que o relatório garantisse os diferentes enfoques conforme os objetivos inerentes aos interesses e demandas da representação estudantil no contexto universitário e ainda os objetivos inerentes ao cumprimento dos objetivos da política de assistência estudantil e das políticas de ações afirmativas da UEPG, que são de responsabilidade da PRAE.

Desta forma, o documento foi estruturado em duas grandes partes que foram subdivididas conforme as suas particularidades apresentando ao final uma consideração final. A primeira apresenta as análises dos dados realizados pela representação estudantil e a segunda as análises elaboradas pela PRAE.

Uma diferença importante que cabe esclarecer os leitores desde logo é a diferença no universo de resposta consideradas válidas para as respectivas análises, dado que a representação estudantil excluiu do total as respostas dos estudantes da pós-graduação lato sensu, enfocando as análises na graduação e pós-graduação, além das participações que declararam não estarem cientes de que as respostas deveriam levar em consideração o lugar de permanência no período da quarentena, sendo que a PRAE excluiu apenas este último grupo de respostas, mantendo as respostas da pós-graduação lato sensu, uma vez que sua abordagem foi panorâmica, levando em consideração ao longo das suas exposições o enquadre comparativo entre o público geral da pesquisa e o grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade social e que não se ateuve, neste momento, a fazer diferenciações por curso e nível de ensino.

Ressalta-se que as duas análises foram realizadas, na perspectiva de que possam convergir para uma análise autocompositiva em vista da construção de alternativas coletivas capazes de lançar luzes sobre o atual cenário universitário.

1. ANÁLISE DOS DADOS ELABORADA PELA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO COU JUNTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS DA UEPG

1.1 PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES NA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE DOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS E DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUANDOS DA UEPG

1.1.1 Entendendo o questionário e seus dados



O questionário contou com 29 questões objetivas que versaram sobre características socioeconômicas e de identidade dos/as estudantes, bem como sobre suas condições estruturais, domésticas e de saúde mental mediante um possível contexto de adoção de EaD. A validação dos dados se dá pelo número do Registro Acadêmico (RA) das/os estudantes de graduação e pós-graduação, bem como dos endereços de e-mails, todavia, por questões de sigilo, estes dados não serão divulgados.

Destacamos que a validação dos dados dos participantes do questionário, sempre foi nossa maior preocupação, nesse sentido, solicitamos a PROGRAD E A PROPESP os RAs dos(as) estudantes da graduação e da pós-graduação para que pudéssemos conferir a veracidade dos participantes, pois bem, concluímos em números correspondentes de RAs, encontrados nos documentos oficiais da UEPG, 92% de similaridade numérica, sendo apenas aproximadamente 7,9 dados não correspondentes, especificamente 366 RAs.

Majoritariamente, esse pouco mais de trezentas respostas, apresentavam falhas que nos pareceram de digitação, ora faltando um numeral, ou trocando as ordens de outros, nada fora das características de formação de número dos RAs da UEPG. Sendo assim, tomamos a decisão, em amplo diálogo com a PRAE, em analisar os dados de maneira integral, somado aos 366, já que eles, primordialmente apresentam ser erros de digitação e pelo pouco tempo hábil para analisar duas amostras, com e sem os 366. Mas, seguindo uma perspectiva da Lei 13.460/2017, recaímos ao conceito de boa fé sob os(as) acadêmicos(as) ao responderem uma demanda para o serviço público, à Universidade. Portanto, como concluímos que 92% dos estudantes, e logo da amostra, são verídicos, negligenciar esse fato e informação é no mínimo cruel e irresponsável.

Para uma melhor análise dos dados, o presente questionário pode ser subdividido em três: perfil dos estudantes; dados objetivos; e dados subjetivos. No perfil dos estudantes, perguntas sobre gênero, pertencimento étnico-racial, renda, curso e se é pessoa com deficiência foram feitas aos estudantes, as quais podem ser articuladas e trazer respostas sobre problemas que vão ser encontrados em outras perguntas do questionário. Já nos dados objetivos, foram feitas as perguntas referentes às condições de acesso ou não à meios tecnológicos para poder viabilizar as aulas em EaD. Sobre os dados subjetivos, não menos importantes, tem-se neles as respostas das perguntas das situações que extrapolam condições materiais, pois entram na subjetividade e capacidade de adaptação dos estudantes em ter aulas em EaD num período de Pandemia. A seguir, serão apresentados os dados e suas análises nesta subdivisão.



1.1.2 Dados Identitários dos Estudantes Participantes

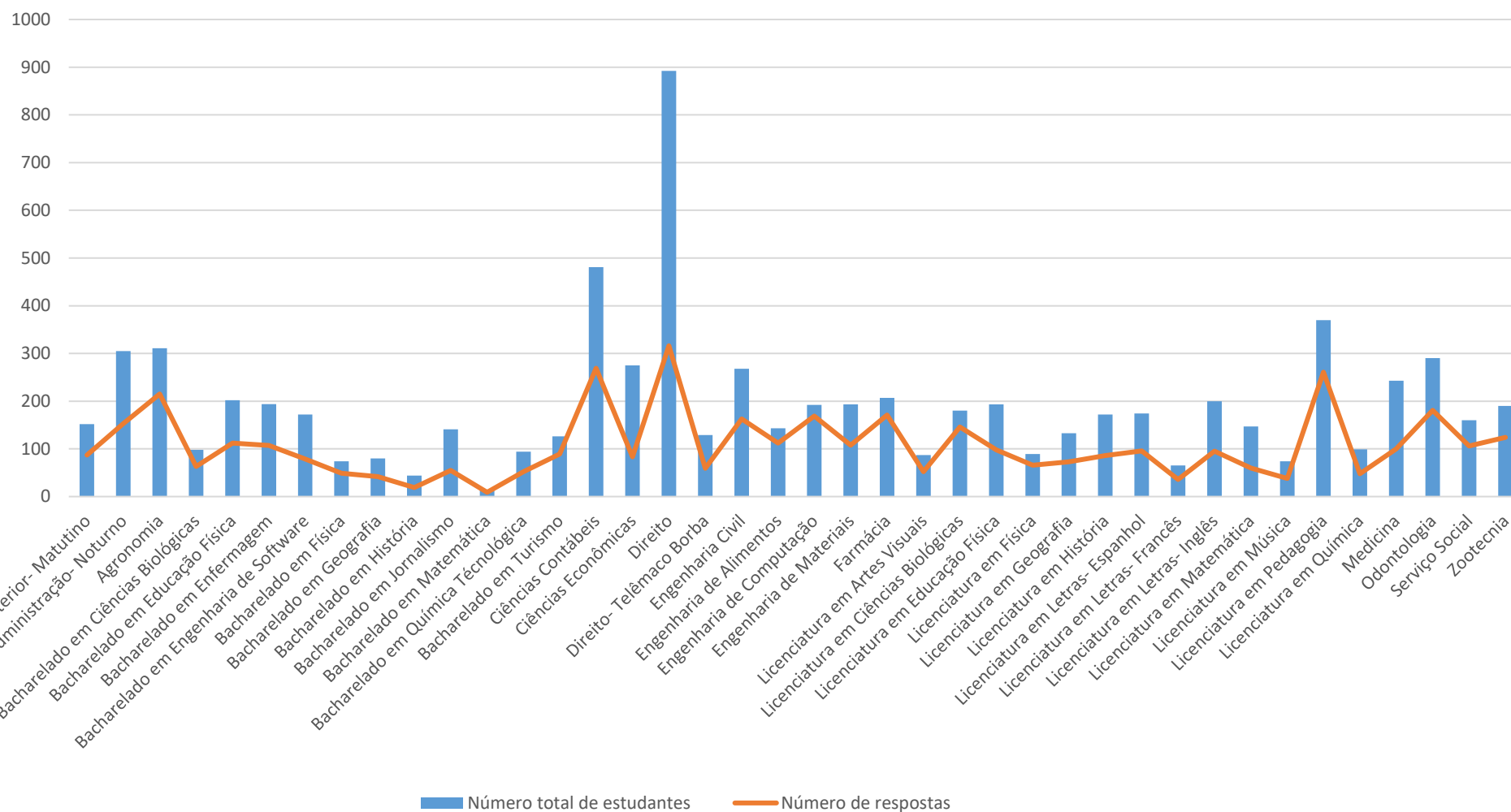
Das 4.666 participações validadas¹, 4247 representam os estudantes de graduação, totalizando 55,50% do total de estudantes matriculados nos 40 cursos da UEPG, valor que pode ser considerado expressivo e representativo para a pesquisa. A Pós-graduação, que em nossa Universidade contempla o Lato Sensu e Stricto Sensu, obteve pouco mais de quatrocentas respostas, contudo, os Programas Stricto Sensu, representam nessa amostra a maior parcela da Pós, totalizando em 419 respostas, nesse sentido diante do tempo disponível de análise, analisamos somente esse último Programa citado.

No entanto, como foi uma pesquisa online, é preciso destacar que os estudantes que não responderam o questionário podem não o terem feito exatamente pelas dificuldades em ter acesso à informação através de mecanismos digitais ou, ainda, por questões pessoais que os impossibilitaram de responder, sendo uma preocupação para essa pesquisa que visa entender os condições dos estudantes para ter aula em EaD.

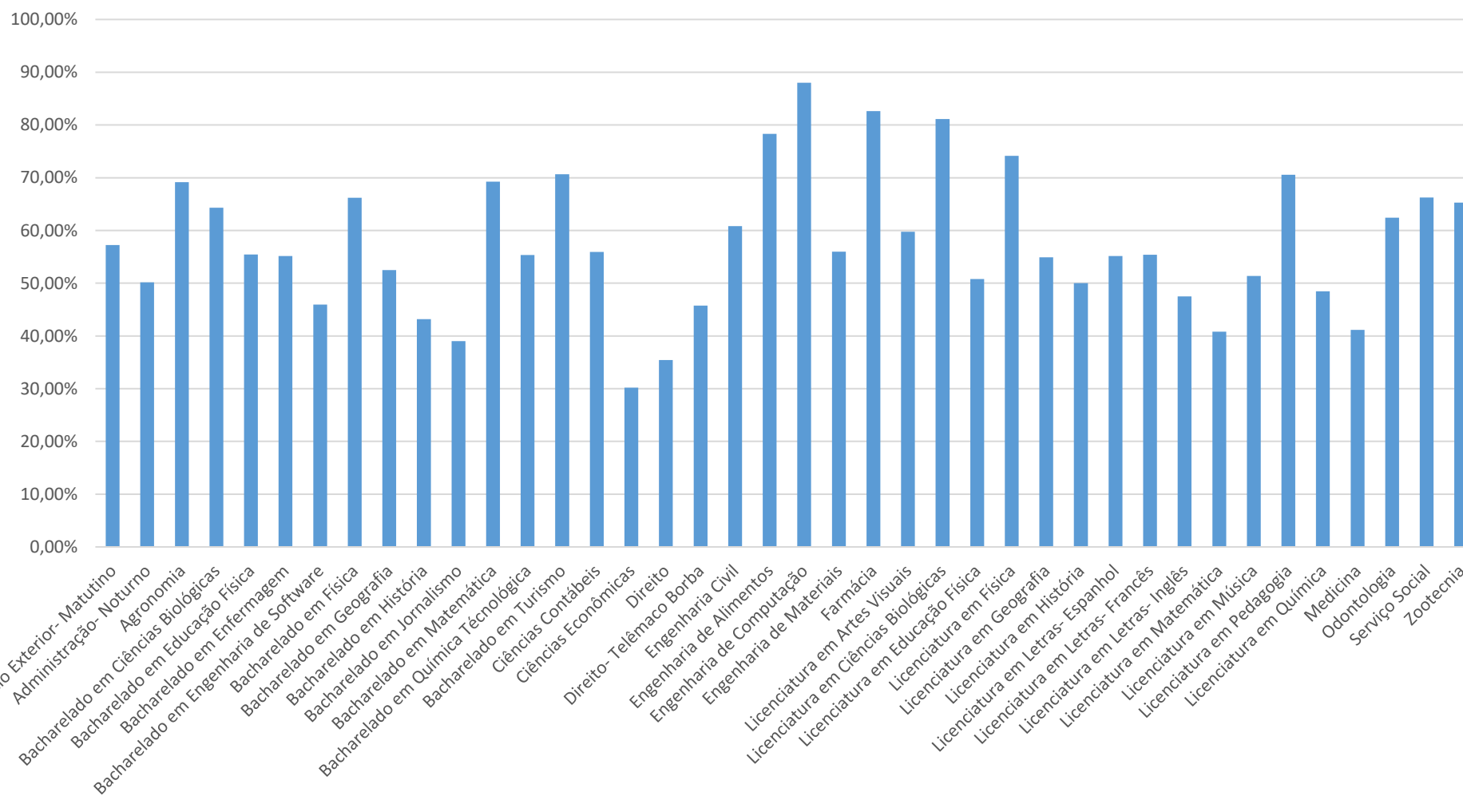
O primeiro dado que apresentamos aqui é referente ao número de participações, número de alunos matriculados segundo a Prograd e a Propesp e porcentagem correspondente da participação no questionário, apresentam-se em números unitários e porcentagem: (Próxima página):

¹ As validas foram resultado da exclusão dos pouco mais de 20 alunos da pós-graduação Lato Sensu, pelo pouco tempo para análise dos dados mais as respostas que marcaram estar ciente de que deveria ser respondida pensando as condições do local onde se está na quarentena.

Total de respostas e de número de matriculados por curso de graduação



Relação de participação em porcentagem





Ainda sobre esses dados, segue abaixo a tabela detalhada por curso:

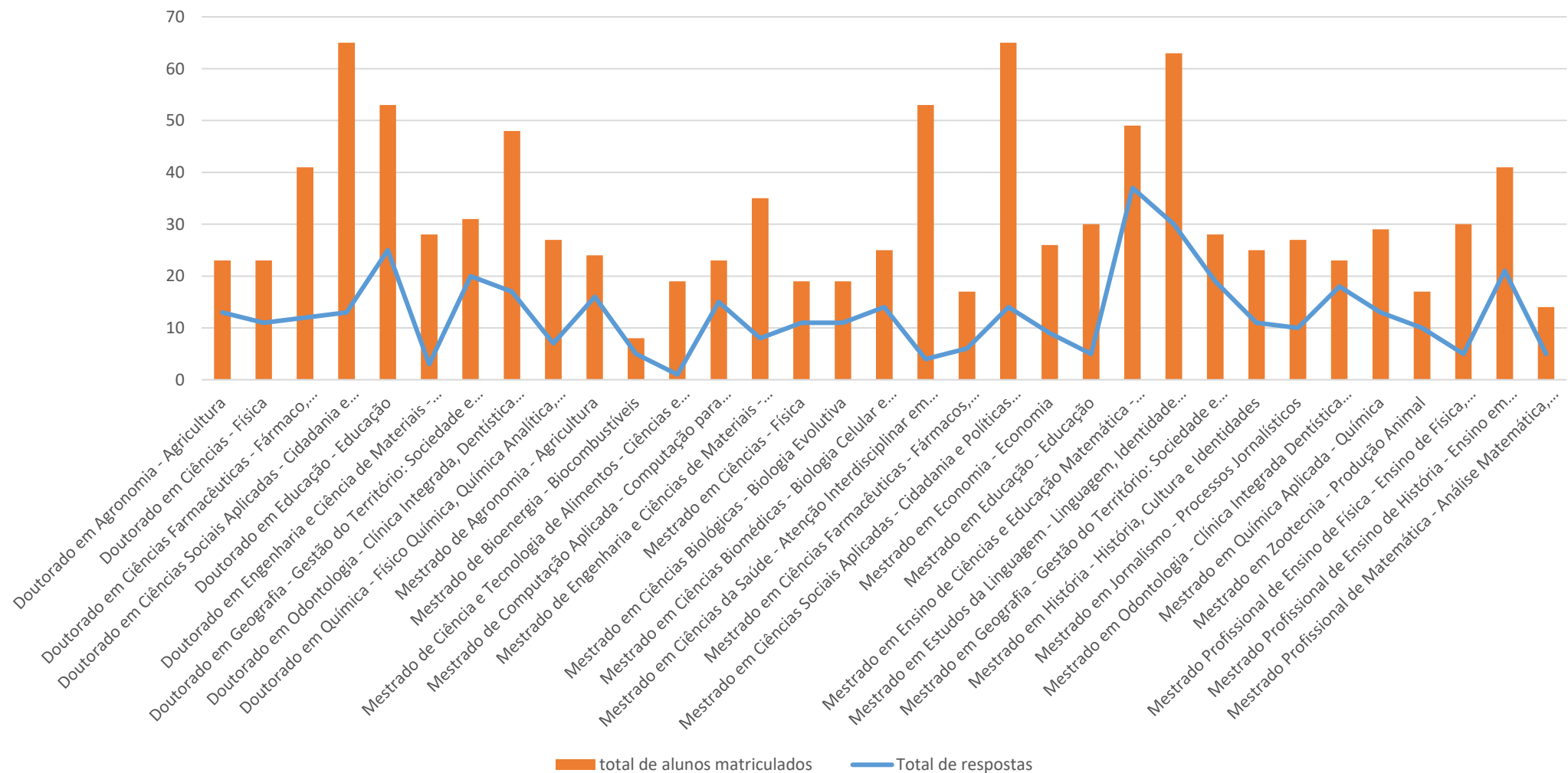
CURSO	Número total de estudantes	Número de respostas	% de respostas
Administração Comércio Exterior- Matutino	152	87	57,24%
Administração- Noturno	305	153	50,16%
Agronomia	311	215	69,13%
Bacharelado em Ciências Biológicas	98	63	64,29%
Bacharelado em Educação Física	202	112	55,45%
Bacharelado em Enfermagem	194	107	55,15%
Bacharelado em Engenharia de Software	172	79	45,93%
Bacharelado em Física	74	49	66,22%
Bacharelado em Geografia	80	42	52,50%
Bacharelado em História	44	19	43,18%
Bacharelado em Jornalismo	141	55	39,01%
Bacharelado em Matemática	13	9	69,23%
Bacharelado em Química Tecnológica	94	52	55,32%
Bacharelado em Turismo	126	89	70,63%
Ciências Contábeis	481	269	55,93%
Ciências Econômicas	275	83	30,18%
Direito	892	316	35,43%
Direito- Telêmaco Borba	129	59	45,74%
Engenharia Civil	268	163	60,82%
Engenharia de Alimentos	143	112	78,32%
Engenharia de Computação	192	169	88,02%
Engenharia de Materiais	193	108	55,96%
Farmácia	207	171	82,61%
Licenciatura em Artes Visuais	87	52	59,77%
Licenciatura em Ciências Biológicas	180	146	81,11%
Licenciatura em Educação Física	193	98	50,78%
Licenciatura em Física	89	66	74,16%
Licenciatura em Geografia	133	73	54,89%
Licenciatura em História	172	86	50,00%
Licenciatura em Letras- Espanhol	174	96	55,17%
Licenciatura em Letras- Francês	65	36	55,38%
Licenciatura em Letras- Inglês	200	95	47,50%
Licenciatura em Matemática	147	60	40,82%
Licenciatura em Música	74	38	51,35%
Licenciatura em Pedagogia	370	261	70,54%
Licenciatura em Química	99	48	48,48%
Medicina	243	100	41,15%
Odontologia	290	181	62,41%
Serviço Social	160	106	66,25%
Zootecnia	190	124	65,26%
TOTAL	7652	4247	55,50%



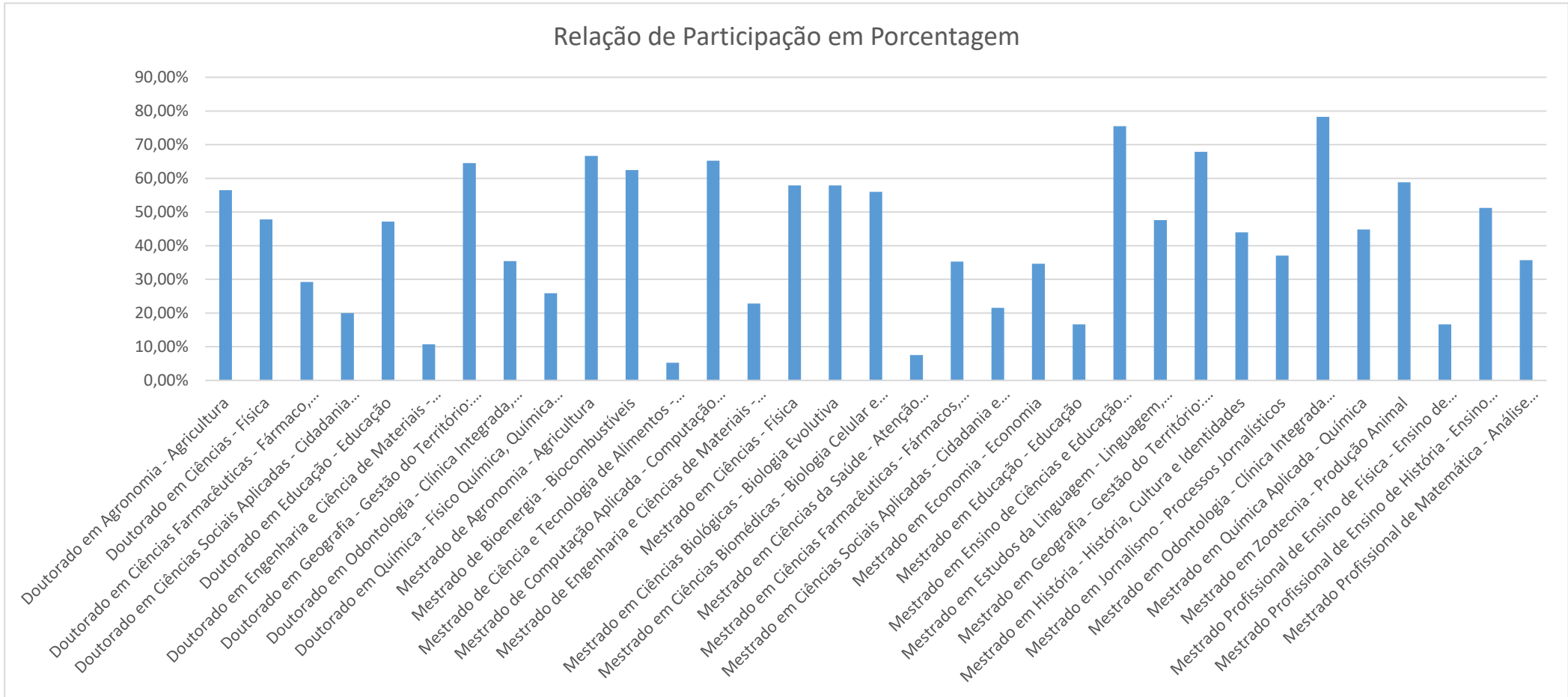
CURSO	Número total de estudantes	Número de respostas	% de respostas
TOTAL	7652	4247	55,50182959

As respostas dos estudantes da Pós-graduação Stricto Sensu correspondem aos gráficos que seguem:

Total de respostas e de número de matriculados por curso de graduação



Relação de Participação em Porcentagem





Também segue tabela com os dados discriminados:

Cursos	Total de respostas	Total de alunos matriculados	Porcentagem de Participação
Doutorado em Agronomia - Agricultura	13	23	56,52%
Doutorado em Ciências - Física	11	23	47,83%
Doutorado em Ciências Farmacêuticas - Fármaco, Medicamentos, Biocências Aplicadas à Farmácia	12	41	29,27%
Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Cidadania e Políticas Públicas	13	65	20,00%
Doutorado em Educação - Educação	25	53	47,17%
Doutorado em Engenharia e Ciência de Materiais - Desenvolvimento e Caracterização de Materiais	3	28	10,71%
Doutorado em Geografia - Gestão do Território: Sociedade e Natureza	20	31	64,52%
Doutorado em Odontologia - Clínica Integrada, Dentística Restauradora	17	48	35,42%
Doutorado em Química - Físico Química, Química Analítica, Química Orgânica, Química Inorgânica	7	27	25,93%
Mestrado de Agronomia - Agricultura	16	24	66,67%
Mestrado de Bioenergia - Biocombustíveis	5	8	62,50%
Mestrado de Ciência e Tecnologia de Alimentos - Ciências e Tecnologia de Alimentos	1	19	5,26%
Mestrado de Computação Aplicada - Computação para Tecnologias em Agricultura	15	23	65,22%
Mestrado de Engenharia e Ciências de Materiais - Desenvolvimento e Caracterização de Materiais	8	35	22,86%
Mestrado em Ciências - Física	11	19	57,89%
Mestrado em Ciências Biológicas - Biologia Evolutiva	11	19	57,89%

Mestrado em Ciências Biomédicas - Biologia Celular e Molecular Fisiologia e Fisiopatologia	14	25	56,00%
Mestrado em Ciências da Saúde - Atenção Interdisciplinar em Saúde	4	53	7,55%
Mestrado em Ciências Farmacêuticas - Fármacos, Medicamentos e Biotecnologias Aplicadas à Farmácia	6	17	35,29%
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Cidadania e Políticas Públicas	14	65	21,54%
Mestrado em Economia - Economia	9	26	34,62%
Mestrado em Educação - Educação	5	30	16,67%
Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática - Espaços Formais e Não Formais no Ensino de Ciências e Formação de Professores e Ensino de Ciências	37	49	75,51%
Mestrado em Estudos da Linguagem	30	63	47,62%
Mestrado em Geografia - Gestão do Território: Sociedade e Natureza	19	28	67,86%
Mestrado em História - História, Cultura e Identidades	11	25	44,00%
Mestrado em Jornalismo - Processos Jornalísticos	10	27	37,04%
Mestrado em Odontologia - Clínica Integrada Dentística Restauradora	18	23	78,26%
Mestrado em Química Aplicada - Química	13	29	44,83%
Mestrado em Zootecnia - Produção Animal	10	17	58,82%
Mestrado Profissional de Ensino de Física - Ensino de Física, Formação de Professores de Física, Física na Educação Básica	5	30	16,67%
Mestrado Profissional de Ensino de História - Ensino em História	21	41	51,22%
Mestrado Profissional de Matemática - Análise Matemática, Ensino de Matemática, Geometria e Topologia, Matemática, Matemática Aplicada, Álgebra	5	14	35,71%
TOTAL	419	1048	39,98%

Cursos	Total de respostas	total de alunos matriculados	Porcentagem de Participação
TOTAL	419	1048	39,98%



As referências de todos esses gráficos acima são da organização dos autores desse capítulo somado aos dados enviados pela PROGRAD E PROPESP

Desses gráficos, seguem as análises de identidade:

Quanto as identidades de Gênero, das 4.666 participações, 2535 são autoidentificadas como feminino (Mulheres) e 1697 como masculino (Homem), que representam somadas 99,76% das participações, outros(as) 5 respostas são de autoidentificações de não-binariedade. Com isso, a participação de estudantes do gênero feminino corresponde a 59,68% do total, sendo 273 da pós-graduação stricto sensu, e 2.535 da graduação. Com tais dados, pode-se afirmar que a pós-graduação teve uma maior participação de pessoas do gênero feminino do que a graduação.

Na graduação, apenas 13 cursos, dos 40 participantes, possuem maior participação do gênero masculino frente ao feminino, com destaque para Engenharia da Computação que teve 156 do gênero masculino frente a 13 do gênero feminino e Engenharia de Software que teve 70 frente a 9. Além desses, bacharelado em Matemática teve uma participação exclusivamente do gênero masculino, com 9 participantes, e bacharelado e licenciatura em Física tiveram, junto com os citados, mais de 70% dos participantes do curso do gênero masculino. Já o gênero feminino na graduação, teve mais de 70% de representação em 12 cursos, sendo os de maior relevância (com mais de 100 respostas e mais de 70%) os cursos de Pedagogia com 249 mulheres, frente a 13 homens, Farmácia com 157 frente a 15, Odontologia com 145 frente a 36 e Licenciatura em Ciências Biológicas com 110 frente a 36.

Já na Pós-graduação, a participação das mulheres foi maior que a dos homens, respectivamente responderam a 65,16% e 34,36%. Os Cursos da Pós-graduação Stricto Senso, totalizados em 419 respostas, tiveram maior participação feminina nos Programas como do Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas com 92,31%, seguido de 85,71% no Mestrado em Ciências Biomédicas, pouco mais de 80% nos Mestrados de Zootecnia, Educação Matemática e no Doutorado em Odontologia e 72% no Mestrado em Ciências Biológicas. O gênero masculino que contrasta em 34,36% do total, é presente em maior grau com pouco mais de 50% em Programas como Doutorado em Ciências- Física, Mestrado em Economia, Geografia, Química Aplicada e pouco mais de 60% em Ciências (Física).

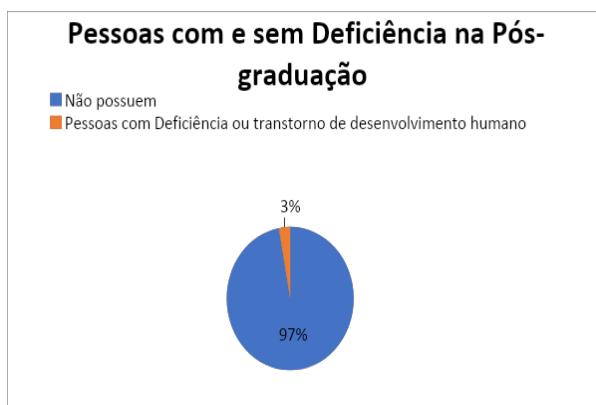
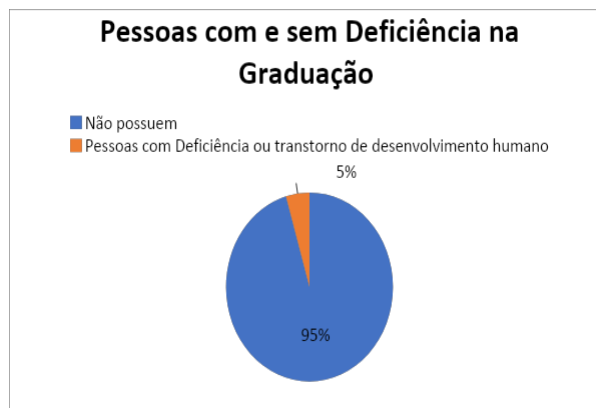
Como é possível perceber nessa amostra, as mulheres são mais representativas no cenário acadêmico dessa amostra da UEPG, bem como nos cenários nacionais das Universidades Públicas nacionais, e isso exige das proposições, articulações e decisões, como essa da discussão da suspensão do calendário universitário no Conselho Universitário da UEPG, a necessária discussão das relações de gênero. Essas relações numéricas e analíticas são discutidas a frente.

Sobre os Campus utilizados pelos estudantes: destes 61,7% são alunos que estudam no Campus de Uvaranas, 36,6% estudam no Campus Central e 1,7% são do Campus de Telêmaco Borba.

Quanto às séries dos cursos 34% são estudantes das primeiras séries, 23,5% das segundas séries, 18,1% das terceiras séries, 18,3% das quartas séries e 5,9% das quintas séries.

No que se refere ao turno de estudo 43,8% provêm de curso integral, 33,7% noturno, 8,2% vespertino e 16,9 % matutino.

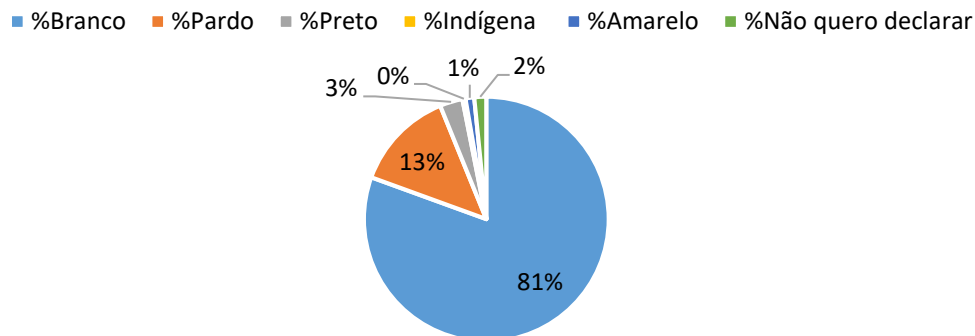
Quanto as pessoas com deficiência(s), o questionário nos concedeu os números: Graduação, 4,9%, 194 estudantes, marcaram possuir alguma deficiência, sendo elas: Transtorno do déficit de atenção (71), Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (42) Deficiência Visual (34), Deficiência Física (13), Ansiedade (7), Transtorno do Espectro Autista e Dislexia (5 cada), Transtorno de Bipolaridade (4), “Sim, sem diagnóstico” e Deficiência Auditiva (3 cada), Miopia e Depressão (2 cada), Transtorno obsessivo-compulsivo, Esquizofrenia, Epilepsia convulsiva (1 cada). Na Pós-graduação 2,8% possuem deficiência, como: Deficiência Auditiva, Deficiência Visual e Transtorno do Espectro Autista (1 cada), Deficiência Física e Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (2 cada), e Transtorno do déficit de atenção (5), como expomos nos gráficos:



Quanto ao pertencimento étnico-racial (nomenclaturas do IBGE), desdobram-se as autoidentificações sobre a graduação e Pós-graduação. Na primeira citada foram levantados os seguintes dados: 1,15% Amarelos, 80,55% brancos(as), 0,4% Indígenas, 13,30% Pardos(as), 3,1% Pretos(as) e 1,57% preferiram não declarar. Dos 40 Cursos listados, o índice mais baixo de brancos corresponde a 55% no Curso de Bacharelado em Matemática, chegando a ser 89% em Farmácia. Já na Pós-graduação os resultados foram: 1,43% Amarelos, 81,38% Brancos(as), 1,19% Indígena, 9,78% Pardos(as), 4,29% Pretos(as) e 1,90% preferiram não declarar. Assim como na graduação, as pessoas brancas representam o maior índice e em Cursos como Doutorado em Agronomia e Mestrados de Ciências Sociais Aplicadas e Química Aplicada chegam a corresponder a mais de 92%. A maior parcela de pessoas pretas são encontradas em 9% do Mestrado em História e 7% no Mestrado de Ciências Biomédicas. Essa marcante diferença de representação de pessoas não-brancas implica pensar o abismo de desigualdades étnico-raciais que se reproduz da história do Brasil e no mundo nos quadros dos estudantes da nossa UEPG.

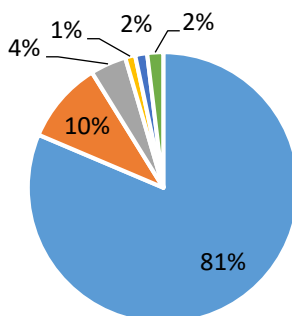
Essas respostas solidificam os seguintes gráficos:

Etnico-Racial Graduação



Etnico-Racial pós-graduação stricto sensu

■ %Branco ■ %Pardo ■ %Preto ■ %Indígena ■ %Amarelo ■ %Não quero declarar



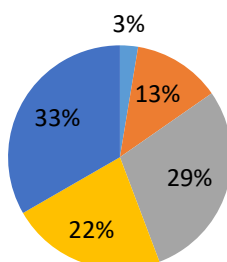
No que se refere ao perfil de renda per capita, na Graduação, 2,6%, o que equivale a 144 estudantes, sobrevive com renda per capita menor ou igual a R\$261,25 e se apresentam com em 10% dos cursos como Bacharelado e Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Física, 12%, 540 estudantes, a renda per capita é de R\$261,25 a R\$522,50 com maior índice em Licenciatura em História e Letras Francês, próximo de 27%. Estes grupos fazem parte de um público preferencial para a política de assistência social e estudantil, considerando sua situação de vulnerabilidade social, por insegurança de renda, o que totaliza 684 estudantes, conforme dados da pesquisa. Os demais estão nas seguintes faixas de renda per capita: 28,91% de R\$522,50 a R\$1045,00, 22,43% de R\$1045,00 a R\$1567,50 e 33,31% acima de R\$1567,50, esse último apresenta-se com mais de 60% em Bacharelado em Matemática e quase 50% de Engenharia Civil e Odontologia.

Na Pós-graduação, 0,9%, 4 alunos sobrevivem com renda per capita menor ou igual a R\$261,25 sendo eles 50% estudantes do Mestrado de Estudos da Linguagem, 6,44%, 27 estudantes, possuem renda per capita de R\$ 261,25 a R\$522,50, sendo 27% deles, estudantes do Mestrado de Ciências Biológicas. Juntos, esse grupo de maior vulnerabilidade social e financeira correspondem a 31 alunos. Os demais apresentam-se na seguinte condição: 18,37%, 77 pós-graduandos(os) com R\$522,50 a R\$1045,00, 23,38%, 98 estudantes, com R\$1045,00 a 1567,50 e 50,83%, 213 alunos, com renda acima de R\$1567,50, esses últimos(as) presentes em maior parcela, mais de 83% nos Programas de Doutorado de Ciências Farmacêuticas e Ciências Sociais Aplicadas.

Essas condições por curso e grau acadêmico erguem-se no gráfico abaixo:

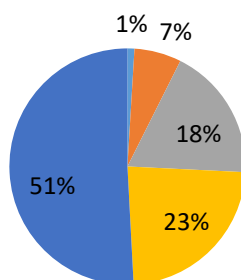
Renda Percapita Graduação

■ % Menor ou igual a R\$261,25 ■ % de R\$261,25 a R\$522,50 ■ % de R\$522,50 a R\$1045,00
 ■ % de R\$1045,00 a R\$1567,50 ■ acima de R\$1567,50



Renda Percapita Pós-graduação

■ % Menor ou igual a R\$261,25 ■ % de R\$261,25 a R\$522,50
 ■ % de R\$522,50 a R\$1045,00 ■ % de R\$1045,00 a R\$1567,50
 ■ acima de R\$1567,50



Quanto ao local de permanência no período da pandemia, 65,9% estão domiciliados em Ponta Grossa, 23,4% residem em outros municípios dos Campos Gerais e os demais residem em outros municípios, o que corresponde a 10,7% dos estudantes que participaram da pesquisa. Destes 22,8% mudaram seu local de domicílio no período da pandemia. São 92,1% que estão domiciliados na área urbana e 7,9% na área rural.



1.2 DADOS OBJETIVOS PARA O ACESSO À MODALIDADE DO ENSINO A DISTÂNCIA NA UEPG DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DA PANDEMIA DO CORONA VÍRUS

O isolamento social no Brasil, desde o início de Março, foi uma alternativa adotada pelos estados e municípios, a partir das determinações do Supremo Tribunal Federal e da Organização Mundial da Saúde, sendo a alternativa mais precisa para controlar o contágio do coronavírus, ainda sem medicação ou vacina eficaz. Esse isolamento social trouxe consigo determinações legais para a proibição de aglomerações, logo, as Universidades e escolas foram as primeiras instituições a fecharem suas portas para aulas presenciais. Essa problemática, em meio a pandemia mundial do Corona Vírus, também colocou em cheque a continuidade dos calendários dos serviços públicos, assim como os educacionais. Uma das alternativas utilizadas para “recolocar” em ordem as atividades educacionais e os calendários oficiais, está sendo a troca das aulas presenciais para a modalidade de Ensino a Distância (EaD). A EaD, quando mantida por órgãos competentes como a NUTEAD-UEPG, por exemplo, conseguem alcançar inúmeras pessoas e cidades preservando a função social da Universidade, a emancipação e transformação dos problemas da sociedade, contudo, quando os estudantes matriculados na modalidade presencial são obrigados a se adaptarem em uma modalidade que não escolheram, em maioria justamente porquê não possuem condições físicas, pessoais e psicológicas para estudar em EaD, certas implicações são imprescindíveis pensar antes de qualquer decisão equivocada e/ou de caráter elitista, questões básicas de estruturas de acesso e permanência .

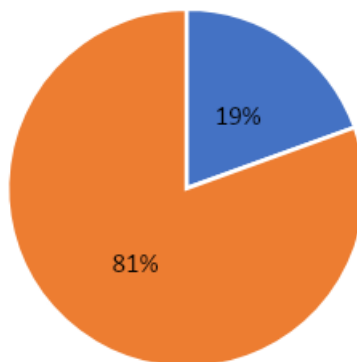
Nesse sentido, nesse tópico iremos analisar as respostas da amostra coletada sobre as perguntas que envolvem diretamente o acesso à Modalidade Ead nesse período de pandemia. As perguntas selecionadas foram:

- 1) **No seu curso atual você já teve alguma experiência com disciplina EaD?**
- 2) **Como foi sua experiência com o EaD?**
- 3) **Possui acesso à internet em casa?**
- 4) **Qual a estabilidade do sinal da sua internet?**
- 5) **Possui computador/notebook?**
- 6) **Possui Smartphone?**

A primeira questão selecionada, 1, remete a um valor muito simbólico, sobre como a modalidade presencial possui uma lógica de funcionamento que não pode ser simplesmente transposta para EaD, nem em improviso, nem sem garantir mesmas condições para todos(as) os acadêmicos submetidos a essas decisões. Os levantamentos sobre acesso nos ilustram o nível de despreparo que possuímos, como estudantes, para usar uma modalidade digital de ensino. Abaixo, erguemos os dados da Graduação e da Pós-graduação:

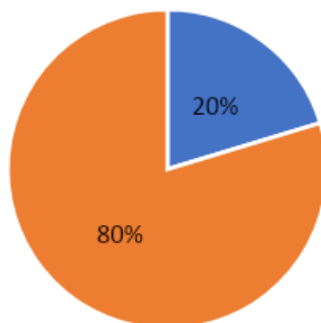
Já teve experiência com EaD? Graduação

■ %Sim ■ %Não



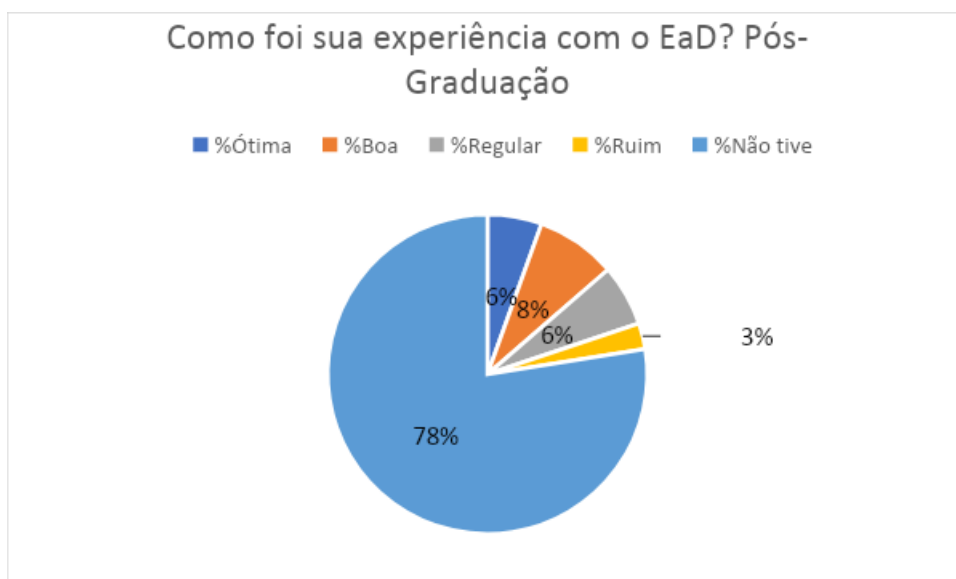
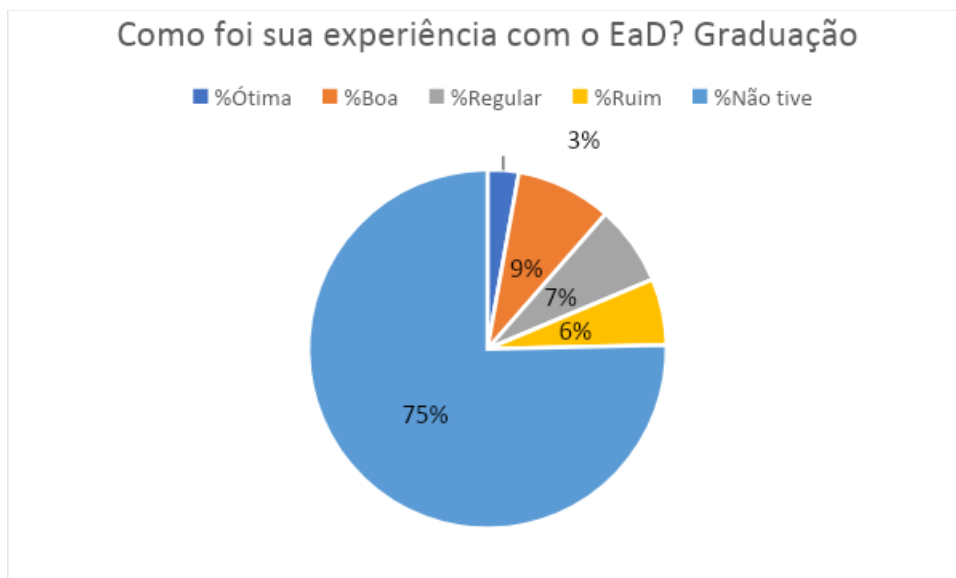
Já teve alguma experiência com EaD? Pós-graduação

■ %Sim ■ %Não



Percebemos nesses dados que os estudantes dos dois níveis acadêmicos, responderam em mais de 80% de suas respostas, nunca ter experienciado aulas em Ead. Esse fator já nos coloca outro fenômeno que o isolamento social acarretou aos estudantes da modalidade presencial, sentimentos de solidão, de medo, de tédio, sentimentos que guiaram muitas respostas e também guiam especialmente a ansiedade em deter a rotina, o cotidiano universitário. Nesse sentido, nos perguntamos, um dado muito representativo como esse, já não bastaria para afirmar que iremos encontrar inúmeros problemas em “simplesmente” transformar nossas aulas presenciais em Ead? Quem enfrentará os maiores problemas? Que cursos? Que rendas? Que Gênero? Quem fará as aulas e quem não conseguirá?

Proporcionando pensar nossos receios em desqualificar o complexo do ensino-aprendizado, as respostas da pergunta 2, nos concedem uma visão ainda mais preocupante. Vejamos como se estabeleceram os dados sobre as experiências com a modalidade EaD:



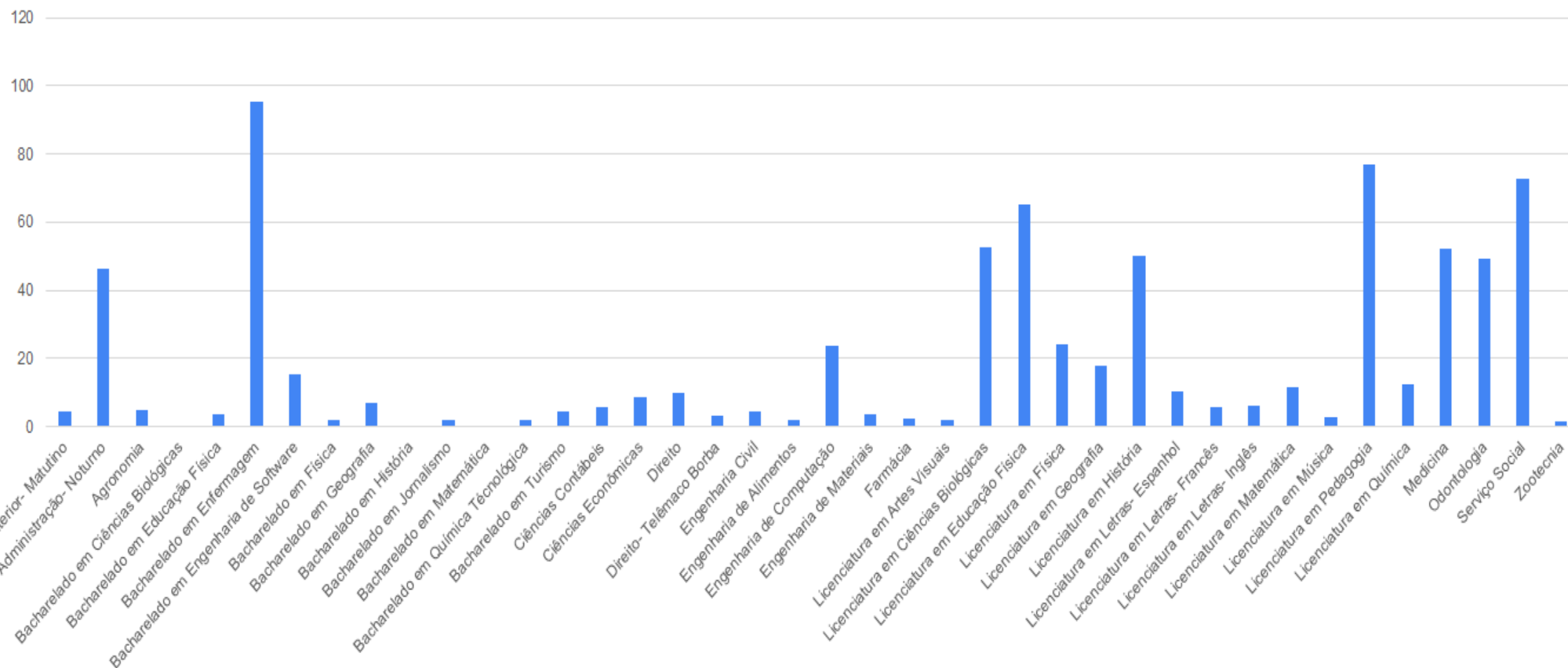
O número total de estudantes que nunca tiveram acesso a EaD em seus cursos presenciais, corresponde, somado aqueles(as) que afirmaram que suas experiências foram ruins, a 80,18%, 3741 estudantes, uma enorme parcela de pessoas que virão a enfrentar dificuldades e desqualificações de aprendizagem, já que uns desconhecem a realidade e esses outros a reconhecem como insatisfatória, comparado as suas aulas presenciais.

Abrindo os dados e analisando cada curso, conseguimos construir um gráfico que deixa mais nítida a situação que podemos nos encontrar em decisões



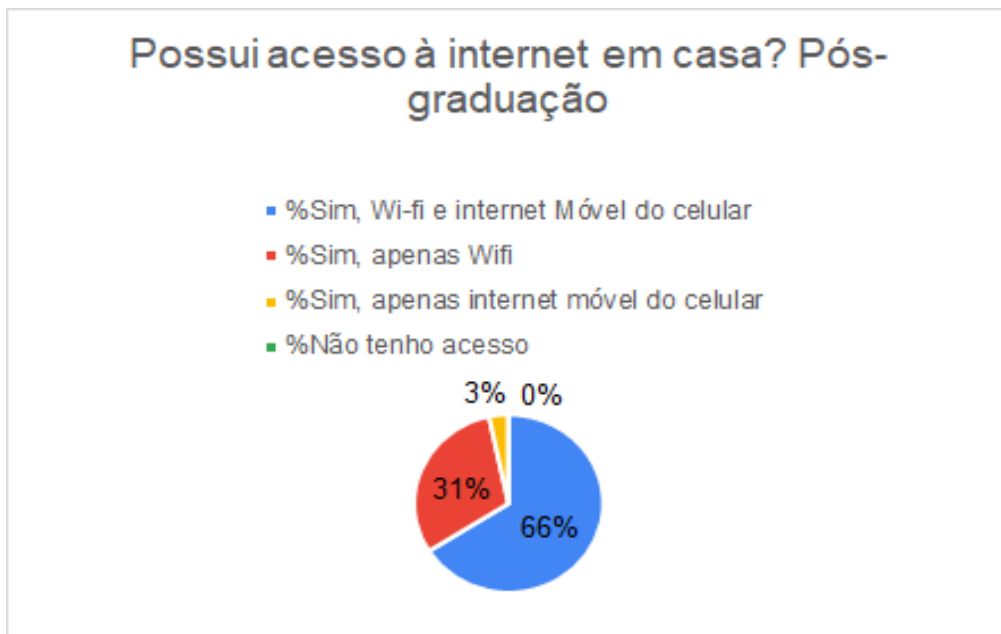
individualistas sobre EaD na pandemia, esses números refletem o percentual de atividades EaD de cada curso. Os índices correspondem as respostas positivas dos alunos sobre já ter experienciado a Ead, cerca de 20% do total dos participantes, agora subdivididos em seus respectivos cursos (Próxima página):

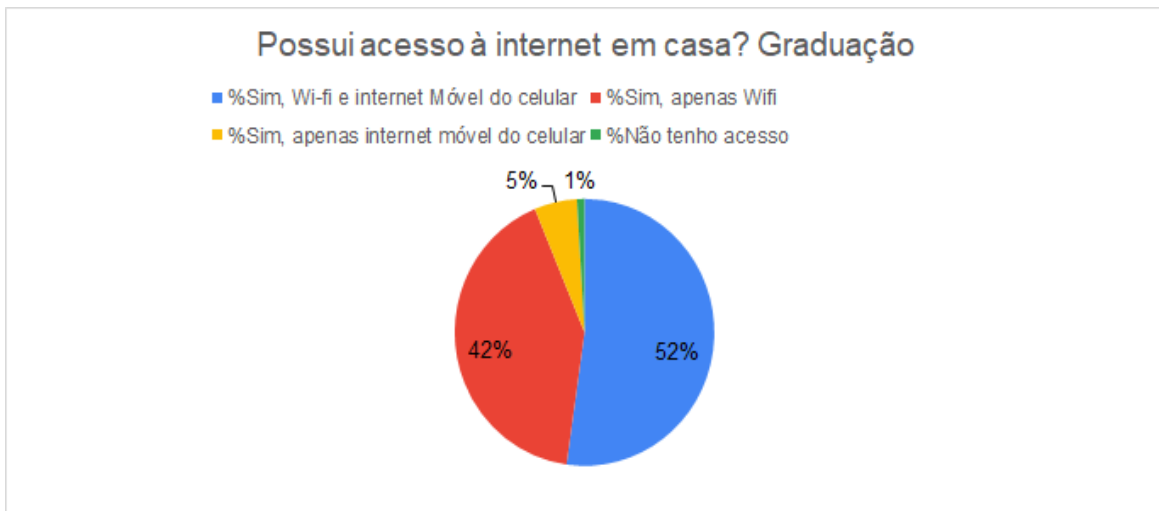
% por curso que teve experiência com EaD



Acima podemos perceber que o único curso que passou do índice médio de 70% de conhecimento para uso da Ead foi Enfermagem, com 95% de pessoas que responderam sim ao acesso, ele é seguido por Pedagogia e Serviço Social com pouco mais de 70% cada um e Licenciatura em Física com 65% de respostas afirmativas para o uso da EaD. Os demais estão abaixo de 50%, sendo 27 cursos abaixo de 15% do número total de seus estudantes cientes do uso de uma plataforma de ensino a distância.

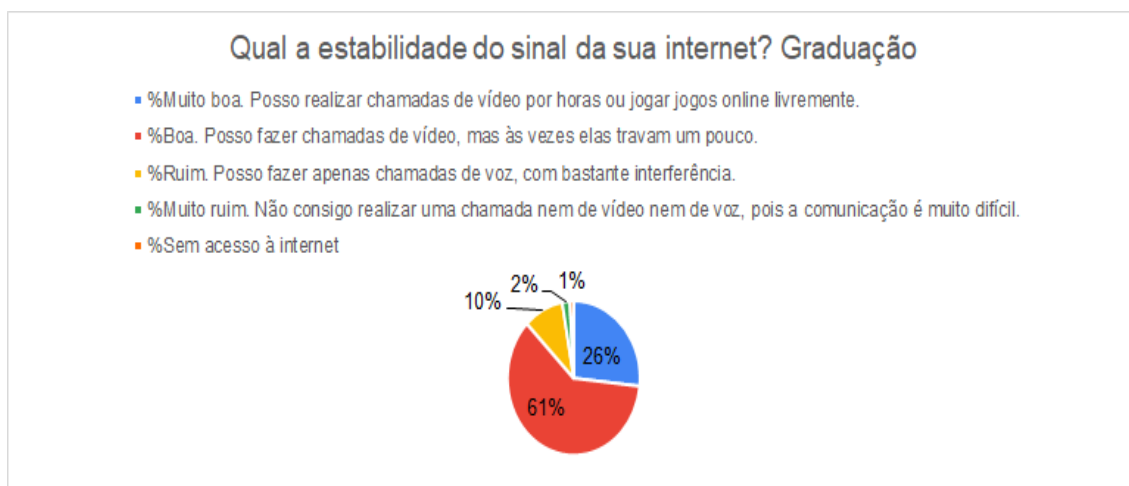
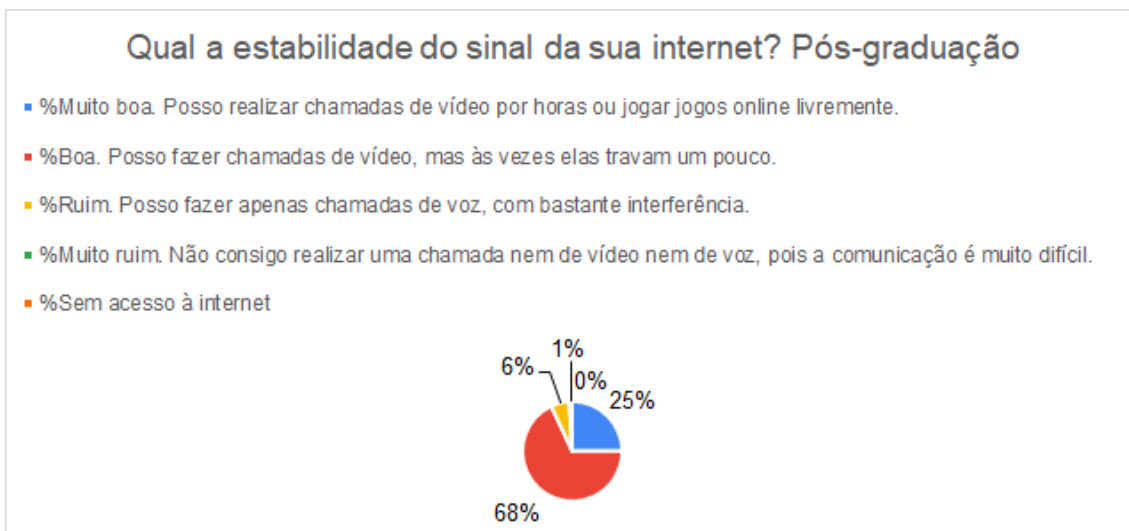
No entanto, o uso de uma plataforma digital requer não apenas conhecimentos técnicos sobre sua utilização, mas um aparato de aparelhos eletrônicos e sistemas de internet que garantam o acesso a essa plataforma. Sendo assim, outra questão essencial para se discutir essa modalidade de ensino, é descobrir quem, como e quantos possuem esses aparatos, assim como a Internet. Após abrirmos as respostas sobre acesso a internet, construímos os seguintes levantamentos:





Como se pode perceber, a maior parte dos estudantes possui um sistema de internet no local onde está morando agora no isolamento social do coronavirus, majoritariamente possuem wifi e internet móvel e nas outras respostas se expõe uma condição reduzida desse sistema de internet, como visto em apenas celular ou apenas internet. Os estudantes que responderam não possuir acesso correspondem a 40 estudantes, 1% da amostra da graduação. Portanto agora nos encontramos com duas problemáticas, a primeira mais evidente, o que farão esses 40 estudantes que estão efetivamente impossibilitados de acessar Ead? Que medidas eles e elas poderão enfrentar em um período pós-pandemia? Quem serão os mais prejudicados? E outro fator, vitalmente importante a taxa de estudantes que responderam possuir alguma das estruturas de acesso a internet, qual a estabilidade desse acesso? Qual e quanto custa uma franquia que seja capaz de suportar atividades em Ead?

Para responder essas inquietações, um outro gráfico foi confeccionado para responder nossa quarta pergunta, Qual a estabilidade do sinal da sua internet?:

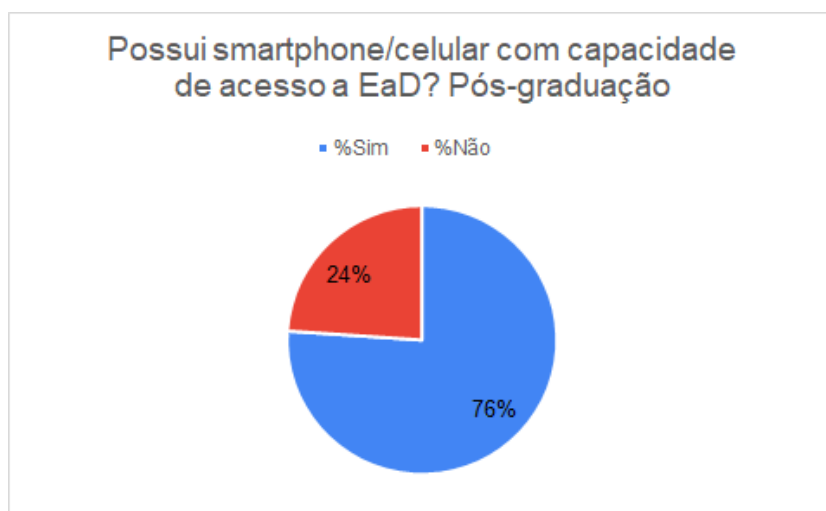
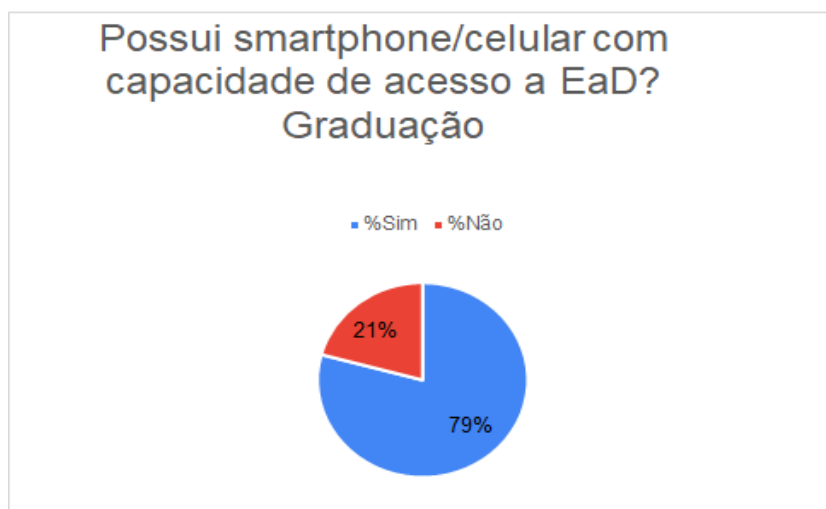


Iniciando pelo levantamento dos estudantes da Pós-graduação, dos 418 alunos da pós-graduação stricto sensu, 25 consideram ruim a estabilidade do sinal da internet e 4 consideram muito ruim, e na graduação, 40 estudantes não têm acesso à internet, e dos que têm acesso 412 consideram o sinal da internet ruim e 79 consideram muito ruim. Nesse sentido, **são 560 estudantes que a universidade teria que garantir uma estrutura para que todos (da metade do total de estudantes que poderiam responder o questionário) tenham condições de ter aulas em EaD**, sendo que estes alunos não poderiam ter as aulas em suas respectivas casas por não terem esse acesso e estabilidade na internet.

Dos programas da pós-graduação que tem mais alunos com sinal ruim ou muito ruim de internet, destacam-se o Mestrado em Educação com 20% de sinal

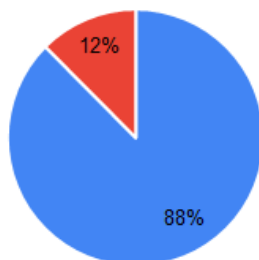
ruim, o Mestrado em História com 9,09% ruim e 27,27% muito ruim e o Doutorado em Ciências Sociais com 15,38% que consideram a estabilidade do sinal da internet em suas casas ruim. Da graduação, somando a porcentagem de estudantes que consideram ruim ou muito ruim a estabilidade do sinal da internet, ou que não tem acesso, o bacharelado em História é o curso mais prejudicado, correspondendo a 31,58% de seus estudantes que responderam ao formulário, seguido de bacharelado em Geografia com 26,19% e bacharelado em Física com 22,45%. **Nesse sentido, dos 10 bacharelados da UEPG, 5 estão entre os 10% em percentual de impossibilitados para ter aula em EaD por não ter acesso ou não ter sinal estável de internet suficiente.**

Outro aparato necessário para manter uma aula em modalidade EaD é a posse ou o acesso a um computador, notebook, celular e/ou similares, os dados do acesso e/ou da posse dessas estruturas, destacados por cursos, remetem aos gráficos a seguir:



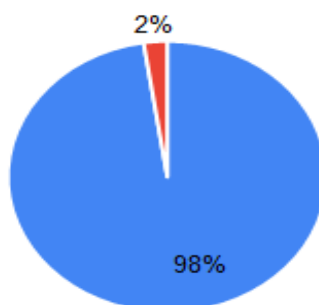
Possui computador/notebook? Graduação

■ %Sim ■ %Não



Possui computador/notebook? Pós-graduação

■ %Sim ■ %Não



A posse dessas ferramentas é o que garante o acesso às plataformas de ensino a distância, o celular é uma ferramenta mais próxima da realidade estudantil, contudo não é unânime e nem pode ser considerada como acessível integralmente, já que existem celulares mais capazes de suportar uma plataforma Ead que outros, de modo que a memória interna, a memória RAM, a atualização de software, dentre outros fatores técnicos do aparelho já inferiorizam o uso dele em aulas Ead que possuem, online ou via aplicativo, uma forte carga do uso da memória, bem como do uso de uma franquia de internet, logo possuir celular não é sinônimo de possuir condição de manter aulas em Ead. Vemos isso nos dados dos gráficos referentes a celular, em que 982 estudantes, cerca de 21,05% do total de participantes afirmou não possuir um celular apto para tais funções, logo são 982 acadêmicos que a Universidade também teria que assistir em políticas de assistência estudantil.



Os notebooks também são sinônimos de acesso a Ead, e os gráficos nos retornam que 11,55% do total dos estudantes não possuem esse aparelho, cerca de 539 alunos. Essa realidade se soma com as problemáticas também citadas na discussão da posse do celular, na medida em que possuir notebook não é ter condições, também, de acesso a Ead, já que seu funcionamento é interseccional também com a internet.

1.3 DADOS SUBJETIVOS E RELACIONAIS PARA O ACESSO À MODALIDADE DO ENSINO A DISTÂNCIA NA UEPG DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DA PANDEMIA DO CORONA VÍRUS

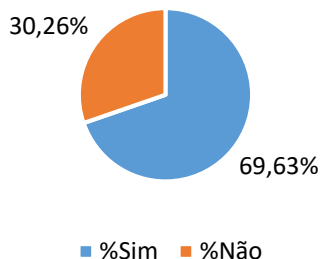
Os dados divididos aqui e denominados de subjetivos serão resultados para que possamos pensar as questões relativas à individualidade, embora também visualizados em grupo, de questões como capacidade de adaptação para a aprendizagem, estado da saúde mental nesse período de pandemia, sentir-se satisfeito em ter aulas nesse momento e condições individuais de acesso e permanência para o EaD.

Os presentes dados foram referentes às seguintes perguntas do questionário:

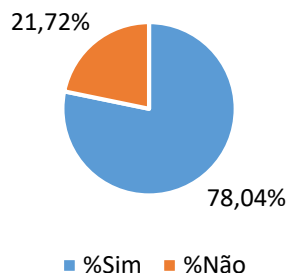
- 1- **Você possui condições para se adaptar a uma aula EaD com o mínimo de qualidade (rotina de estudos, lugar silencioso, concentração) ?**
- 2- **Como você considera sua saúde mental nesse período da quarentena do Corona Vírus?**
- 3- **Suponha que você tenha condições estruturais adequadas (internet, computador, celular, local, saúde mental, etc), você gostaria de ter aula em EaD nesse momento de quarentena?**
- 4- **Quantas horas você pode se dedicar à modalidade de EaD em sua rotina cotidiana?**

Sobre a condição de adaptação dos estudantes à modalidade EaD, diante das respostas, tem-se que a pós-graduação tem maior condição, sendo de 78,04% frente a 69,63% da graduação, conforme revelam as imagens abaixo. Tal dado pode ter relação com o percentual de bolsistas da pós-graduação, que já tem uma maior rotina de estudos e dedicação exclusiva.

Possui condições de se adaptar ao EaD? (Graduação)



Possui condições de se adaptar ao EaD? (pós-graduação)

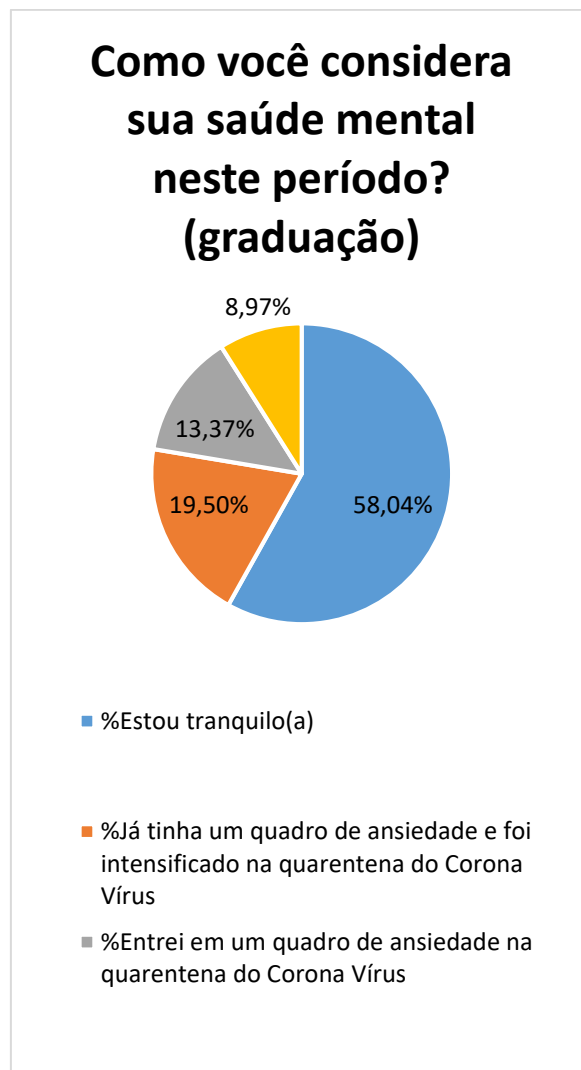


Dos cursos de graduação, apenas Licenciatura em Geografia, bacharelado em Jornalismo, Licenciatura em Letras- Francês e Licenciaturas em Letras -Francês têm mais de 50% de seus estudantes respondendo que não tem condições de se adaptar a modalidade EaD. Novamente, mais uma pergunta que demonstra a situação de maior vulnerabilidade das licenciaturas frente à outros cursos da UEPG. Da pós-graduação, os cursos que atingiram mais de 50% de respostas apontando que não tem condições de se adaptar foram os mestrados em Ciências da Saúde, História e Jornalismo. Outra pergunta de bastante relevância para este questionário diz respeito à **saúde mental dos estudantes**. Na graduação, 41,84% dos estudantes já tinham antes ou adquiriram um quadro de ansiedade com a quarentena, ou não se sentem em condições de saúde mental para ter aulas em EaD; e, na pós-graduação, esse percentual sobe para 49,16%. Com isso, apesar de terem maiores condições de se adaptar ao EaD, a saúde mental dos pós-graduandos está mais fragilizada frente à dos estudantes da graduação, situação que pode ocorrer diante das diversas pesquisas que continuam ocorrendo mesmo com a pandemia. A pós-graduação tem um ritmo e dinâmica diferentes, de pressão suficiente para gerar, mesmo que em casa e com maior tempo para se dedicar aos estudos, conforme dados que serão apontados a seguir, uma maior vulnerabilidade neste ponto, algo que merece um estudo a parte tanto pela APG-UEPG.

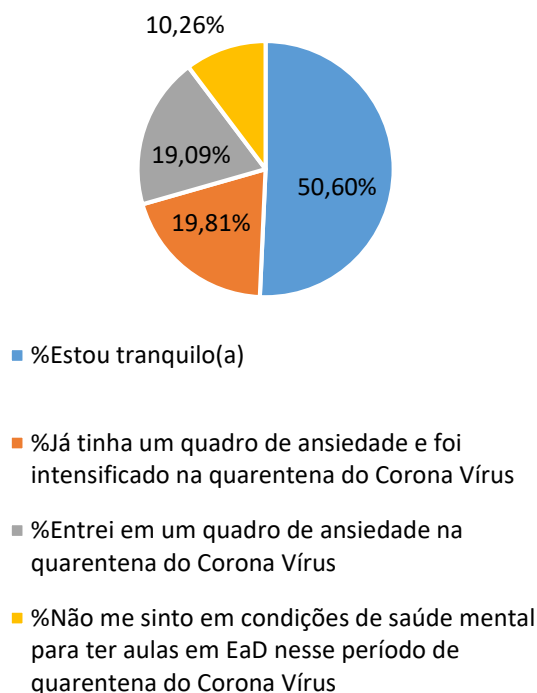
Dos cursos da graduação, somando as três respostas que demonstram a fragilização da saúde mental (abordadas no parágrafo acima), o curso de bacharelado em História tem mais de 70% de seus estudantes impossibilitados de ter aula diante de suas condições, seguido dos cursos de Licenciatura em Letras- Francês e Serviço Social com quase 67%. Da pós-graduação, o mestrado em Educação e em Jornalismo atingiram 80% de estudantes nas condições mencionadas, atrás apenas do mestrado em História que atingiu quase 92% de seus estudantes, sendo 10 de 11.

Ainda sobre o tema da saúde mental, tem-se que a condição de vulnerabilidade e fragilidade deste estudante não é revelada, e dificilmente foi tema de análise

de outras pesquisas na UEPG. Assim, o retorno do calendário e possíveis aulas em EaD para aproximadamente 40% dos estudantes da graduação e 50% da pós poderia gerar desistências, tensionamentos ainda maiores nas casas destes estudantes que já se encontram em uma situação bastante delicada. Lembrando sempre que praticamente metade dos estudantes da universidade não responderam ao questionário, esses dados podem ser maiores, já que essas condições podem inviabilizar que um ou uma estudante responda essas perguntas.



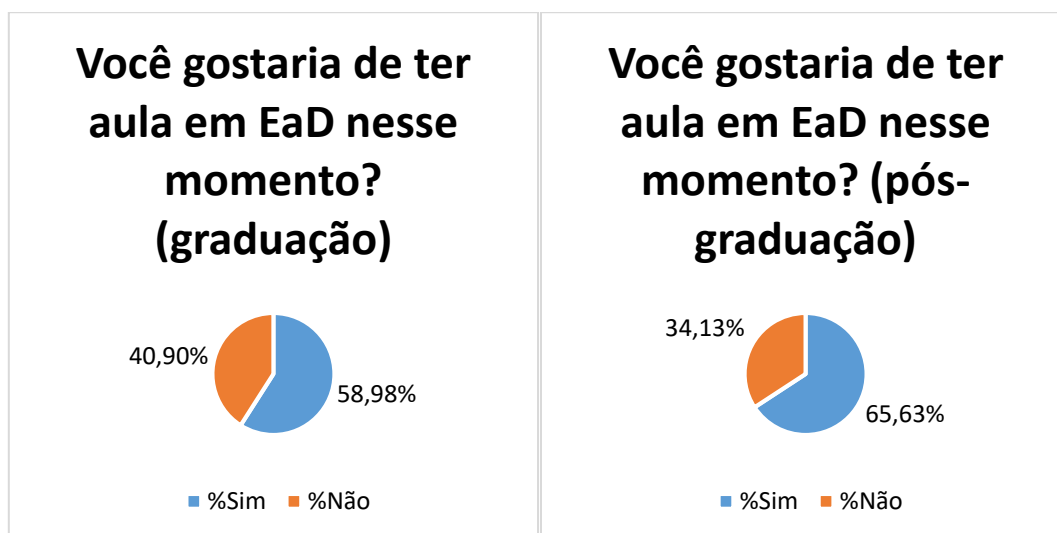
Como você considera sua saúde mental nesse período? (pós-graduação)



Outra pergunta dizia respeito a **vontade estudantes de ter aula em EaD nesse momento de pandemia**. Mesmo tendo maior vulnerabilidade no que diz respeito à saúde mental, 65,63% dos pós-graduandos responderam que gostariam de ter aula, já os estudantes da graduação somam quase 60%. Essa condição reflete o cenário de incertezas que os estudantes da pós-graduação tem vivido com relação aos prazos de defesa e a prorrogação de bolsas, o que os pressiona para querer a aula em EaD para (possivelmente) tentar adiantar as disciplinas, já que a coleta de dados de muitos está parada diante da pandemia. Ademais, a ausência de vontade também pode dizer respeito à todas as outras perguntas, posto que se o estudante não tem estrutura em casa para se adaptar, ter um acesso de fato à internet, e também não tem saúde mental para realizar as atividades nesse momento, ser favorável ao EaD contraria todo esse raciocínio.

Na pós-graduação, os programas que ultrapassam os 60% dos alunos que não querem são exatamente os mesmos que tem elevados percentuais para as somatória das três perguntas da vulnerabilidade no eu diz respeito à saúde mental: o mestrado em Educação, em Jornalismo e em História, resposta que assume a lógica do parágrafo anterior. Nesse mesmo sentido, os cursos de

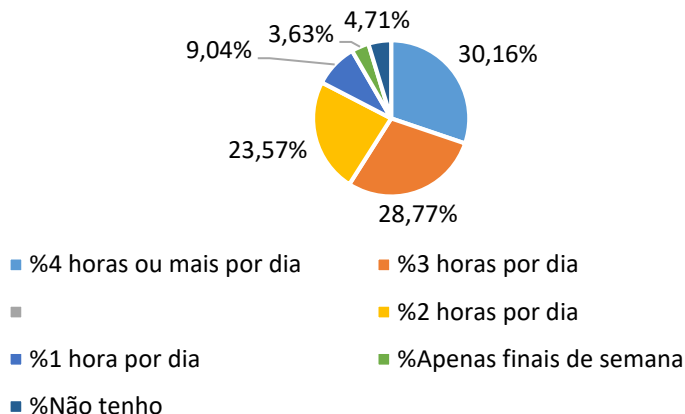
graduação que tiveram os maiores percentuais de estudantes que não querem aula em EaD nesse momento de pandemia foram Licenciatura em História com pouco mais de 72%, Bacharelado em Jornalismo, com 67,27% e Serviço Social com 66,04%.



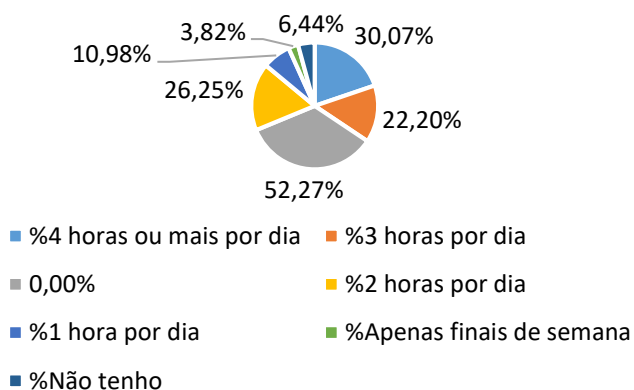
Sobre a **quantidade de tempo disponível para o estudo em EaD**, tem-se que, considerando um período de aula um tempo aproximado de 3 a 4% por dia, 58,94% dos estudantes da graduação e 52,27% da pós-graduação teriam condições reais, conforme o seu tempo, de ter aula na remota (que seria o ao vivo), correndo o grande risco de o horário não corresponder, neste período de pandemia, ao horário da aula. Dessa forma, qualquer proposta que coloque para aprovação aula em EaD nesse momento de pandemia dificilmente conseguiria ser viabilizada.

Da graduação, os cursos que teriam maior disponibilidade de tempo (3 a 4 horas) são Farmácia com 78,36%, Zootecnia com 72,58% e Engenharia de Materiais com 72,22%. E da pós-graduação, os programas de mestrado em Ciências Farmacêuticas, mestrado de Engenharia e Ciências de Materiais e Doutorado em Agronomia, todos com mais de 80% dos estudantes tendo disponibilidade de tempo. Interessante notar que os cursos e programas citados possuem diversas aulas em laboratório, as quais estão inviabilizadas nesse momento de pandemia. Além disso, parte da coleta de dados das pesquisas destes programas e cursos dependem do funcionamento da universidade e de seus laboratórios. Com isso, apesar da disponibilidade de tempo, há outras circunstâncias que dificultam a atividade em EaD.

Quantas horas você pode se dedicar ao EaD? (graduação)

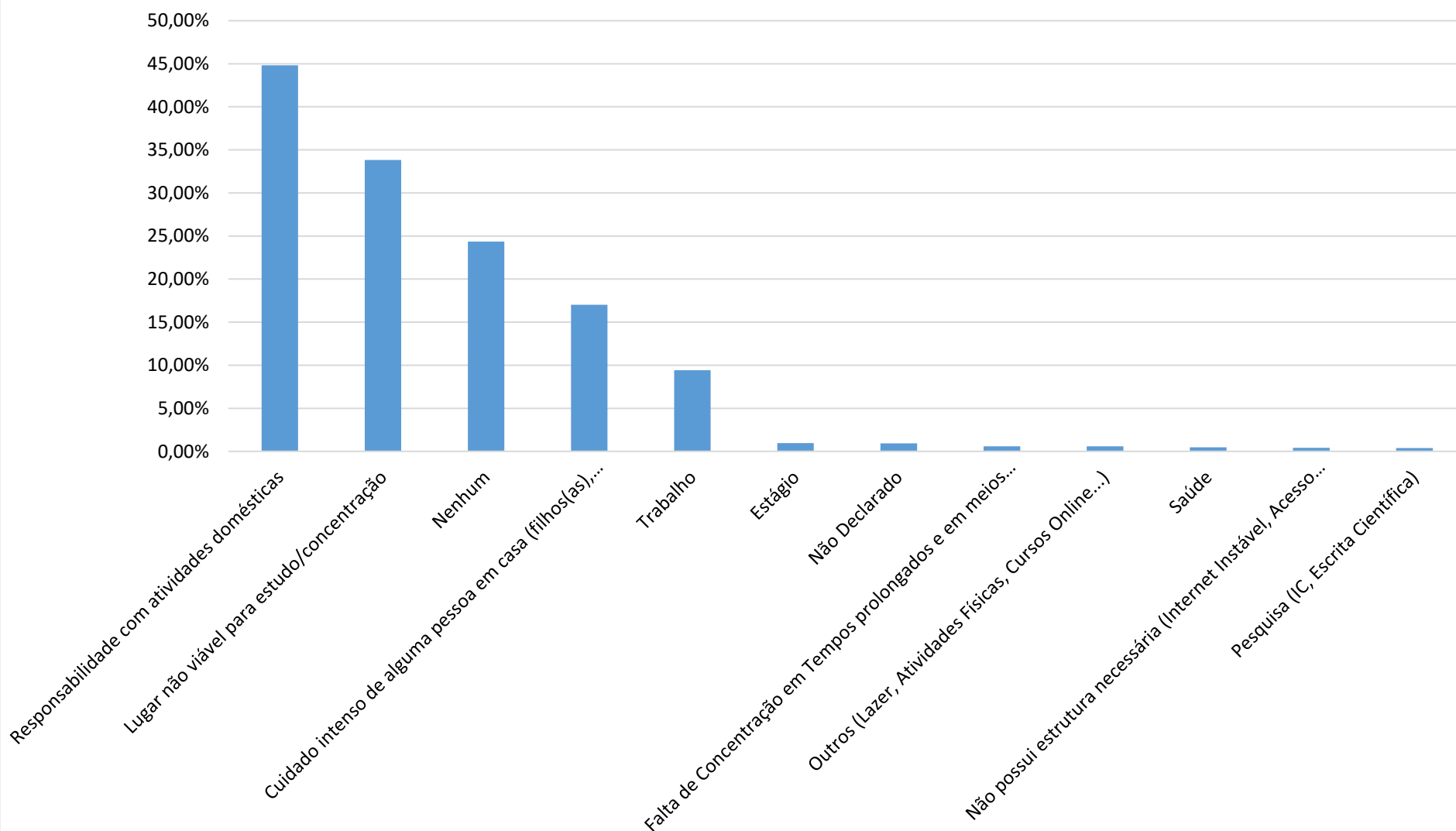


Quantas horas você pode se dedicar ao EaD? (pós-graduação)



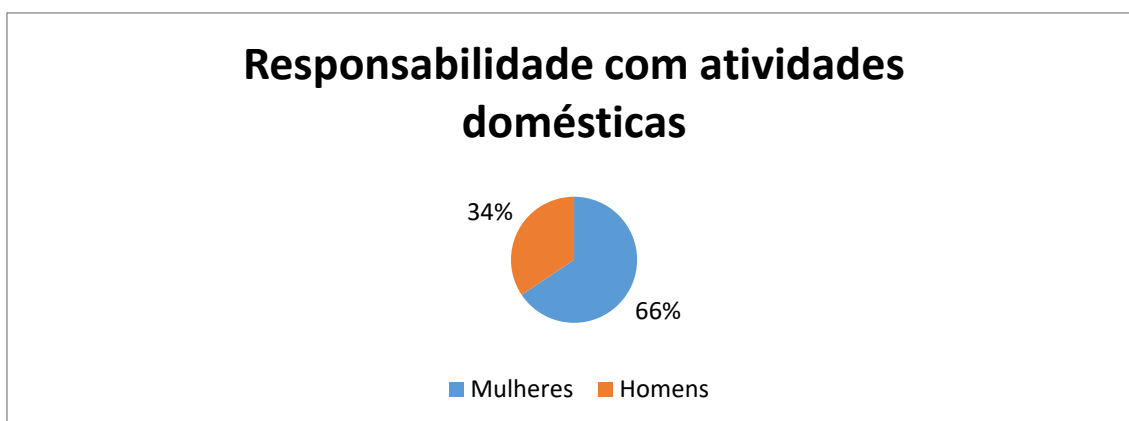
Dentre alguns impasses que determinam esse tempo de utilização da internet, os participantes indicaram alguns fatos que seguem no gráfico:

Determinações para o tempo disponível para EaD



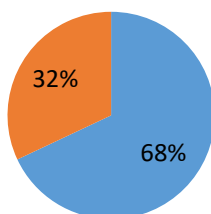
Resposta	Número	Porcentagem
Responsabilidade com atividades domésticas	2100	44,80%
Lugar não viável para estudo/concentração	1586	33,84%
Nenhum	1141	24,34%
Cuidado intenso de alguma pessoa em casa (filhos(as), crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais)	797	17,00%
Trabalho	442	9,43%
Estágio	45	0,96%
Não Declarado	43	0,92%
Falta de Concentração em Tempos prolongados e em meios Eletrônicos	28	0,60%
Outros (Lazer, Atividades Físicas, Cursos Online...)	27	0,58%
Saúde	22	0,47%
Não possui estrutura necessária (Internet Instável, Acesso Precário ou Plano de Dados, Compartilhamento de Computador)	19	0,41%
Pesquisa (IC, Escrita Científica)	18	0,38%

Dentre essas considerações de tempo, destacamos as que pesam sobre as mulheres, dentre as relações de gênero e solidificamos nossas considerações finais:



Cuidado intenso de alguma pessoa em casa (filhos(as), crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais)

■ Mulheres ■ Homens



1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS dos Representantes Discentes do CoU e da APG:

Diante dos nossos novos números de estudantes participantes dessa nova amostra de dados, estabelecemos e reiteramos algumas considerações de análises conjunturais dos dados, análises políticas, de gênero, classista, e de defesa da educação pública para todos e todas, resguardando seus direitos de acesso e permanência à Educação, a partir de suas condições estruturais e psicológicas para o enfrentamento da pandemia do novo Corona Vírus.

- DESIGUALDADES SOCIAIS E ECONÔMICAS PRECISAM SER LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO NESSE MOMENTO DE PANDEMIA E DE SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO UNIVERSITÁRIO: Apesar de se ter percentuais variados em cada um dos cursos, pela realidade e especificidade dos mesmos e de seus estudantes (condição socioeconômica, despesas que o curso muitas vezes exige), o calendário é único, e entendemos como dever da UEPG pensar sempre naqueles que não terão condições de ter o EAD. Pois, fica evidente que o retorno de atividades acadêmicas online também se caracteriza como uma decisão, e um voto do CoU, classista, que ignora a condição dos estudantes pobres, sem estrutura, em condição de vulnerabilidade social, enfrentando uma pandemia. Não podemos aceitar diferenças no calendário para que os cursos mais preparados para o EAD corram com o calendário e terminem em dezembro de 2020, enquanto cursos sem condições terminarão em fevereiro, março de 2021. Isso é ampliar o abismo social que existe na Universidade diante das diferenças dos cursos além de conduzir para um cenário de rechaço para aqueles que não podem usar o EAD frente aos que querem. A Universidade, nesse caso e em tantos outros, precisa pensar na minoria, ou não minoria já que a amostra representa apenas 4.666 estudantes frente a 8 mil, que não têm condições, exatamente porque é essa que vai definir quando o ano letivo



termina e quando começa o próximo, e não os que fizeram o EAD. Se tivermos um curso que não tenha nenhuma disciplina dada em EAD pela impossibilidade de estudantes e dos professores, esse curso é quem vai definir até quando vão as aulas do ano letivo de 2020.

Supomos um exemplo mais claro dessa realidade: o Curso de Pedagogia possui dois Departamentos, de Pedagogia e de Educação, o segundo realizou uma reunião e deliberou a não possibilidade de ter matérias em Ead, se o primeiro também deflagra essa situação, o colegiado de Pedagogia não poderá realizar nenhuma aula, caso fosse aprovada no Conselho, 9 de Abril, as aulas em EaD. Logo, seria esse exemplo, dentre tantos outros que apontaram a impossibilidade dessa modalidade, como os cursos do Setor da Saúde, que definirão o calendário universitário, que é único. Logo, não haveria formaturas, finalizações ou inícios de novos períodos letivos enquanto esses cursos não terminassem suas cargas horárias no formato presencial, o que coloca em cheque qualquer atividade realizada em EaD no período de quarentena na tentativa de apurar o calendário universitário.

- PROBLEMÁTICAS DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: Vivemos em um mundo de orientação cultural e história patriarcal e machista, isso é evidente, embora muitas vezes negligenciado em nossas leituras de realidade. E esse fator precisa ser evidenciado em nossas colocações, inclusive essa da continuação da suspensão do calendário universitário. O momento de pandemia, e não de greve, ou de complicações fechadas à dinâmica da UEPG, mas do cenário mundial, soma muitas responsabilidades a determinadas identidades e corpos, e dentre as relações de gênero, as mulheres são as que se encontram em uma situação de rotinas e tarefas domésticas mais complexas que nos momentos normais de suas aulas presenciais. As mulheres, mulheres estudantes e mães, mulheres professoras e mães, são então aquelas que se encontram ainda mais a margem da qualidade de ensino e de aprendizagem nessas condições de EaD, porque são justamente elas que têm em suas casas a demanda de cuidar integralmente de seus filhos, se não estão em trabalhos essenciais, como área da saúde, mercado, ou comércios possíveis de abertura. São, elas que em suas casas, ou ao chegar de seus trabalhos, possuem um fator que pode ser considerado nas análises subjetivas, bem como censitárias das identidades de gênero, para condições de acessar a Ead nesse período de pandemia, período sem escolas para os filhos, de novas rotinas familiares, de perda de empregos ou perda de emprego do companheiro ou da companheira, de uma intermitente rotina de cuidar de suas crianças que podem não compreender o perigo do momento que estamos vivendo, e isso implica diretamente tanto em ter acesso (computador, internet) como em poder assistir as aulas tendo a rotina doméstica sob sua responsabilidade, bem como isso se aplica as Professoras Mães que não tem condições de espaço, tempo e estruturas para gravar em suas residências possíveis aulas em Ead.



- A IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO DOS ESTUDANTES E AS POSSIBILIDADES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Como visto em nosso resultado, 560 estudantes, no mínimo, precisarão ser assistidos por políticas de assistência estudantil, caso seja decidido retornos do calendário Universitário via EaD. Isso implica pensar diretamente que esses estudantes são os afetados por qualquer decisão insensível do conselho Universitário, desconsiderando os outros quase mais de 4 mil que não responderam, já que para responder, precisam justamente de condições, o que nos faz pensar que nossos números podem a vir a dobrar. Esse dado, reduzido de 8 mil estudantes, já deveria bastar para entendermos que em um país colonizado, escravizado, explorado, a menos de 200 anos, tem em seu seio a desigualdade social, múltiplas desigualdades, isso implica pensar que quem vota a favor da modalidade EaD para todos, pode ter um escritório dentro de casa, mas nossos colegas estudantes, como apresentado nos dados, sequer computador ou internet possuem. Esse fenômeno faz parte tanto de um processo de alienação tanto quanto de uma Pedagogia da Egípcia, como explica nosso colega Portela².

Somado a isso, depreendemos que embora políticas de assistência estudantil sejam projetadas, tais quais foram para a reunião anterior, 9 de Abril, elas também colocam falhas estruturais já reportadas na análise dos dados mas, defendidas abaixo:

a) O DIREITO DO ESTUDANTE PODER FAZER POSTERIORMENTE EM LABORATÓRIOS DA UEPG AS ATIVIDADES QUE NÃO PODE FAZER EM EAD: é preciso pensar nessa proposição que os estudantes possuem tempo livre no turno em que se matricularam, nesse sentido, mesmo que possam fazer posteriormente essas matérias perdidas, eles/elas terão que acompanhar as aulas presenciais, seus trabalhos e provas, somados as atividades da plataforma, ou seja, uma acúmulo inadmissível que se desdobra em evasão e/ou desqualificação de aprendizagem. Logo os direitos não são os mesmos, já que a condição não é a mesma, de modo que os laboratórios teriam que atender a todos, no turno em que se matricularam sem a necessidade se serem realizadas concomitantemente as aulas presenciais, o que coloca em cheque novamente, o calendário universitário.

b) CRÉDITOS DE AGÊNCIAS TELEFÔNICAS PARA O ACESSO A PLATAFORMA EAD VIA CELULAR: É nítido para nossos colegas estudantes,

² A Pedagogia da Egípcia é um conceito que tenho me dedicado a escrever sobre, que se apresenta a partir das representações da arte egípcia em que os seres humanos ou não são delineados em 2D., tendo em suas posturas os olhos e logo a visão reduzida. Essas representações se tornaram *meme* da comunidade LGBT quando em ritmo de humor e trocas de diálogo, alguma ação social é aconselhada a ser negada ou menosprezada, negligenciada. Essa perspectiva política que parte do humor é fundamentada nas perspectivas da pedagogia tradicional que não reconhece a politicidade do trabalho docente e firma a partir dessa visão limitada, negligenciadora, uma postura e uma tomada de decisões de visão limitada, em nosso caso, de um não reconhecimento das condições estudantis.



que pela rede móvel do celular temos problemas quanto as franquias, de modo que se por exemplo, fica difícil votar no BBB nessa condição de internet, como disseram algumas respostas da primeira pesquisa realizada pelo DCE, quem dirá teremos condições de redes e franquias que aguentem uma plataforma Ead, o envio de trabalhos e o questionamento, a interatividade. Outro fator é pensar que nem todos têm celulares smatphones, celulares com memórias disponíveis, ou apenas celulares, porquê isso não é um fator de necessidade para a matrícula na UEPG, o que o torna impossível de ser pensado para a utilização.

- O RESPEITO AO CONTRATO DE MATRÍCULA PRESENCIAL E AS ESPECIFICIDADES DE CADA CURSO: Quando nos candidatamos em algum curso universitário, escolhemos entre a modalidade EaD e a presencial, para cada uma delas analisamos individualmente as nossas próprias condições, isso é uma escolha, que se firma em um contrato quando somos aprovados nos processos de seleção. Com isso, um estudante que opta por Ead está inserido dentro de suas condições, dentro de uma lógica, que o(a) faz possuir computador, internet de qualidade, tempo e espaço em sua casa ou polo de acesso, essas estruturas necessárias, junto da rotina e de outras condições para uma educação EaD de qualidade, não podem ser simplesmente transpostas para a lógica presencial, sequer, responsavelmente, pode ser esperado que os estudantes tenham essas estruturas, já que sua modalidade de ensino não fora essa em sua inscrição. Ainda torna-se imprescindível pensar que cursos da modalidade presencial têm necessidades por essa modalidade em suas aulas, em seus laboratórios, em seus equipamentos, em seus materiais de análise, dentre outras especificidades que a educação à distância, desse modo improvisado, não é capaz de contemplar.

- A RESPONSABILIDADE QUE A UNIVERSIDADE PÚBLICA TÊM PARA SUPERAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID19 E O TRABALHO EXTENSIONISTA DE DEZENAS DE COLEGAS ESTUDANTES: Compreendemos que o momento que vivemos não é comum a nenhum outro em que nos encontramos com as discussões de suspensão do calendário universitário, estamos vivendo um período de problemas da área da saúde que recaem sobre as condições das populações mundiais, da pobreza, da fome, da falta de estruturas do serviço público de saúde, da falta de informação, transparência e investimento na segurança da vida dos seres humanos. A Universidade Pública, em seu tripé, tem desempenhado no Brasil a grande tarefa de buscar soluções para o problema da superação do Corona Vírus e seus impactos. Não vivenciamos um processo legítimo grevista ou de problemas políticos, vivemos uma pandemia mundial de um inimigo invisível que não escolhe quadros ou classes sociais. Isso nos levou a pensar que, sim, nossos colegas estudantes têm todos os direitos de reivindicar suas formaturas, suas aulas, suas rotinas universitárias, mas nesse contexto de pandemia também precisamos nos perguntar: Vamos nos colocar em risco para cumprir



calendários? Vamos colocar em risco a vida dos nossos professores e professoras que terão que se deslocar ao NUTEAD gravar aulas? Com quem ficarão seus filhos(as)? Vamos submeter nossos colegas estudantes dos cursos da área da saúde, como Medicina, Enfermagem e Farmácia que estão atuando no Projeto de Extensão, financiado pelo Estado do Paraná para combaterem o corona vírus, trabalhando nas regionais de saúde, nas divisas rodoviárias, e com o laboratório central do Estado, a um acúmulo imenso de atividades não realizadas nesse período, já que eles estão trabalhando diretamente com a pandemia? Não é o momento exato de pensarmos politicamente no coletivo e em quem são os mais atingidos por qualquer decisão equivocada sobre ensino EaD nesse momento?

Dentre esses fatores, dados, gráficos e interrogações descritas, os representantes discentes e a Associação de Pós-graduandos da UEPG escolhem defender e propor a continuação da suspensão do calendário universitário. Essa consideração é referente a falta de condição dos estudantes, aos vários problemas que os estudantes, especialmente os mais pobres estão sofrendo em suas casas, ao problema de colocar atividades pedagógicas EaD como obrigatórias nesse momento, a fragilidade das políticas de assistência estudantil, embora louváveis de serem pensadas e planejadas, a falta de investimento do Estado do Paraná na educação básica e superior que recai sobre o oportunismo de fazer tudo virar EaD nesse momento, sem pensar e mesmo financiar um projeto efetivamente acessível para Educação EaD.

Finalizamos destacando nosso respeito à PROGRAD, à PRAE e ao NUTEAD por estarem sempre dispostos a pensar e resolver os problemas que a comunidade universitária apresenta. Mas destacamos que o dia que nossos dados apresentarem 0% na falta de condição de computadores, internet, celular ou condições de aprendizagem para Ead, poderemos pensar em um projeto de colocar a modalidade presencial para Ead nesse período de quarentena, sem esse fato não abriremos mão daqueles(as) que mais precisam, dos que não têm condição, dos corpos invisibilizados, das mulheres em quarentena, dos estudantes extensionistas que combatem o corona vírus.



2. ANÁLISE DOS DADOS ELABORADA PELA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – PRAE

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA E PERFIL GERAL DOS PARTICIPANTES

Conforme exposto na apresentação deste documento, a análise dos dados da pesquisa do perfil dos estudantes da UEPG para subsidiar a análise da adoção da EaD na universidade feita pela PRAE teve por objetivo sanar questões de interesse da política de assistência estudantil e das políticas afirmativas, considerando que tais políticas são de responsabilidade da respectiva pró-reitoria. Para tanto, foi considerado como um dos pontos de partida fundamentais na apreciação das informações o fator renda per capita dos estudantes haja vista que a política de assistência estudantil da UEPG está centrada no enfoque de suas ações no público de estudantes em situação de vulnerabilidade social, conforme disposto na Resolução CA 95/2017 de 17 de abril de 2017 e demais resoluções correlatas. Da mesma forma, as ações afirmativas desenvolvidas no âmbito da universidade e o reconhecimento das diversidades no contexto universitário é são também focos de interesse institucional da PRAE, no cumprimento de sua função político institucional, conforme resolução de criação da respectiva pró-reitora.

De acordo com o artigo 1º da Resolução UNIV No 027, de 13 de dezembro de 2018, a PRAE é responsável pela direção, coordenação e controle de todas as atividades de convívio e desenvolvimento estudantil. (UEPG, Resolução UNIV 027, 2018).

Neste sentido, visando atender a missão institucional da PRAE, que neste momento é de instruir o COU na tomada de decisões que contribuam para a direção, coordenação e controle das atividades de convívio e desenvolvimento estudantil, considerando o contexto da pandemia do coronavírus, realiza uma análise focada nas demandas dos estudantes pela política de assistência estudantil e nas demandas de gênero, étnico-raciais, contemplando o respeito e acolhimento às diferenças sociais, raciais, étnicas, de gênero/sexualidade, religiosas, deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação, entre outras, à luz do que dispõe seu regimento interno, anexo à Resolução UNIV No 033, de 13 de dezembro de 2018.

É finalidade da PRAE, órgão vinculado diretamente a Reitoria, conforme o artigo 1º de seu regimento: “[...] tratar dos aspectos relativos à política de atendimento à comunidade discente.” (UEPG, Res. UNIV 033/2018), sendo a primeira de suas atribuições, conforme art. 2º, I, “Estudar, propor, cumprir e fazer



cumprir as políticas de assuntos estudantis em consonância com estratégias e metas da instituição.”

Com esta perspectiva de trabalho,— a análise dos dados foi realizada, conforme segue. A organização dos dados partiu do perfil de renda e a partir dele foram realizados os cruzamentos com outras variáveis. São elas: identidade de gênero, pertencimento étnico-racial, acometimento de alguma deficiência, estado de saúde mental, com objetivo de colaborar para ampliar e aprofundar o conhecimento da instituição sobre a realidade estudantil.

Portanto, os sujeitos desta pesquisa são protagonistas destas informações e sujeitos de direitos das políticas institucionais, sendo as informações prestadas a esta pesquisa respeitadas e tidas como muito oportunas em um contexto que nada do que acumulamos de informação objetiva institucionalmente, a priori, é suficiente para compreender as reais facetas deste novo contexto, por que desconhecido por cada um de nós, pela sociedade em geral e pelo Estado, dada a sua complexidade.

Assim, o estudante participante desta pesquisa configura-se como o interessado direto e sujeito imediato das decisões institucionais a serem subsidiadas por este documento.

São problemáticas determinadas por este contexto recente de pandemia, a insegurança alimentar, o desemprego, a precarização das relações de trabalho, o abalo emocional, a fragilidade de saúde biológica e mental, decorridos dos processos de isolamento social e de seus efeitos colaterais na vida privada, familiar, social e nas relações políticas e econômicas no mundo e no Brasil. A estas problemáticas a comunidade universitária não está imune. Ao contrário, todos estamos vulneráveis, todos nós estamos expostos aos riscos múltiplos desses processos e a comunidade estudantil, sobretudo os mais vulneráveis por que expostos historicamente a condições de vulnerabilidade social, que doravante, se fazem presentes no contexto do ensino superior, e que no âmbito das instituições públicas, merecem destaque e atenção para que suas necessidades sejam supridas e delas não resultem prejuízos ao desenvolvimento acadêmico e humano.

A condição de exclusão a que muitos grupos populacionais estão expostos, é resultado de um padrão histórico de desigualdades na nossa sociedade. Uma sociedade que a existência perversa de uns poucos intenta se sobrepor a de muitos outros. Esse determinante estrutural se intensifica em contextos de crise, como o que estamos passando e revela a face excludente das relações humanas e sociais.

Assim, é necessário fazer frente aos determinantes de desigualdades, com as garantias de direitos conquistadas ao longo de muitos anos de luta pela



inclusão social e pela cidadania dos ditos grupos subalternos desta sociedade que, historicamente, tende a invisibilizá-los socialmente, mas que não pode desconsiderá-los ao estar submetida aos princípios do Estado Democrático de Direito. A personalidade nos dados foi assegurada pela identificação do e-mail e do RA dos estudantes, que conforme esclarecido acima, passaram por conferência junto a documentos institucionais.

Levou-se em consideração ainda nesta pesquisa a égide dos princípios constitucionais da cidadania e da dignidade humana e dos princípios e fins da educação brasileira, conforme artigos 2º, caput e 3º, incisos I, VIII e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional citados a seguir.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade; (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Dado tais pressupostos, a seguir inicia-se com uma breve apresentação do perfil geral, seguida pela apresentação e análise dos dados do conjunto das variáveis escolhidas para subsidiar as reflexões necessárias para uma compreensão das demandas da política de assistência estudantil e para as políticas afirmativas e de diversidade.

Para a referida análise de dados realizada pela PRAE, o universo da pesquisa se consolidou em 4.687 participações, levando-se em consideração as respostas tidas como válidas, após processo de validação das mesmas junto aos documentos fornecidos pela PROPESP e pela PROGRAD. Destes estudantes que participaram da pesquisa 61,7% são estudantes que têm suas atividades acadêmicas no Campus de Uvaranas, 36,6% no Campus Central e 1,7% são do Campus de Telêmaco Borba.

Quanto às séries dos cursos 34% são estudantes das primeiras séries, 23,5% das segundas séries, 18,1% das terceiras séries, 18,3% das quartas séries e 5,9% das quintas séries. **No que se refere ao turno de estudo** 43,8% provêm de curso integral, 33,7% noturno, 8,2% vespertino e 16,9% matutino. **Quanto ao gênero** 60,2% se identificaram como gênero feminino e 39,5% como masculino. Cinco pessoas se identificaram como não binárias, 1 gênero fluido e 1 homossexual. **Quanto a pessoa com deficiência**, do total de participantes 3,8% dos apresentam algum tipo de deficiência. **Quanto ao pertencimento étnico-racial** (nomenclaturas do IBGE), 80,6% são brancos, 13% pardos, 3,2% pretos, 1,2% amarelo e 0,5% indígenas, 1,6% não quis declarar. **No que se**



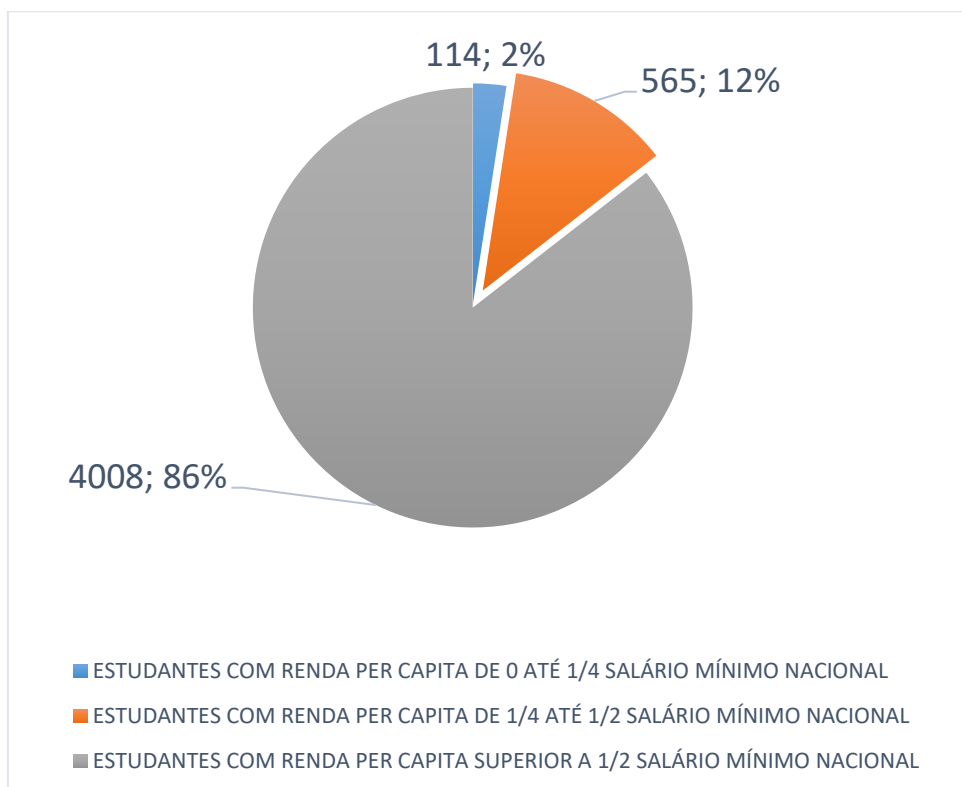
refere ao perfil de renda per capita, 2,4%, o que equivale a 144 estudantes, sobrevive com renda per capita menor ou igual a R\$261,25, 12%, 565 estudantes, a renda per capita é de R\$261,25 a R\$522,50. Estes grupos fazem parte de um público preferencial para a política de assistência social, considerando sua situação de vulnerabilidade social, a partir do critério de renda per capita conforme os critérios do Cadastro Único para Benefícios Sociais do Governo Federal, o que totalizou 679 estudantes, conforme dados da pesquisa. Os demais estão nas seguintes faixas de renda per capita: 27,9% de R\$522,50 a R\$1045,00, 22,5% de R\$1045,00 a R\$1567,50 e 35,1% acima de R\$1567,50. **Quanto ao local de permanência no período da pandemia**, 65,9% estão domiciliados em Ponta Grossa, 23,4% residem em outros municípios dos Campos Gerais e os demais residem em outros municípios, o que corresponde a 10,7% dos estudantes que participaram da pesquisa. Destes 22,8% mudaram seu local de domicílio no período da pandemia. São 92,1% que estão domiciliados na área urbana e 7,9% na área rural.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA PARA LEVANTAMENTO E CONFIGURAÇÃO DE DEMANDA À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AFIRMATIVAS E DE DIVERSIDADE NO ÂMBITO DA UEPG

A presente análise de dados tem por objetivo trazer reflexões sobre o público estudantil demandante das políticas de atendimento assistenciais e afirmativas e de diversidade no âmbito da UEPG, sob a responsabilidade da PRAE, considerando elementos de natureza quantitativa e também suas interseções com as questões de gênero, étnico-raciais, demandas dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, saúde mental e condições estruturais para o acesso à internet, considerando, imediatamente o contexto da pandemia e ainda o contexto futuro, conforme for se desenhando, a considerar fatores estruturais, históricos, bem como elementos novos da atual conjuntura.

Dado tais objetivos, a análise iniciou-se a partir do fator renda, conforme já mencionado, configurando a partir deste quesito o público imediato da política de política de assistência estudantil, para o contexto da pandemia e contextos posteriores.

GRÁFICO 1 - RENDA PER CAPITA DOS ESTUDANTES QUE RESPONDERAM A PESQUISA – PONTA GROSSA – ABRIL/2020.



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Conforme os dados apresentados no gráfico acima, podemos verificar que se encontram em situação de vulnerabilidade social, considerando o critério de renda per capita de acordo com os critérios para o recebimento de benefícios de assistência estudantil na UEPG, um total de 679 estudantes, o que representa 14% do total de participantes da pesquisa. Cabe ressaltar que, conforme a política de assistência estudantil da Universidade, regulamentada pela Resolução CA 095/2017, a concessão dos benefícios de assistência estudantil segue a adoção dos parâmetros do Cadastro Único do Governo Federal e que este conforme se verifica abaixo, é o instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda. Assim, estes dados nos servem como sinalizador de demanda estudantil para a política de assistência estudantil neste contexto da pandemia.

Conforme o artigo 2º do Decreto 6.135/2007, o qual dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências, o referido cadastro é



Art. 2º [...] é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. (BRASIL, 2007).³

Quem deve estar inscrito no Cadastro Único:

Devem estar cadastradas as famílias de baixa renda;

Que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou

Que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).⁴

No cenário imediatamente anterior ao referido contexto, considerando a normalidade das rotinas de atendimento e concessão de benefícios da política de assistência estudantil em período regular de atividades acadêmicas, a PRAE dispunha de registros atualizados para o ano de 2020, que configuravam o público demandante pelos principais benefícios de assistência estudantil – a bolsa permanência e o benefício de isenção e desconto do restaurante universitário. Considerando esta demanda oficializada o total de estudantes em situação de vulnerabilidade social conforme os critérios da política de assistência estudantil de 108 estudantes classificados (destes 20 contemplados e 88 classificados e em lista de espera) para acesso ao benefício da Bolsa Permanência. O benefício da Bolsa Permanência é regulamentado pela Resolução CA 095 de 17 de abril de 2017. Conforme o artigo 7º da respectiva resolução a

[...] bolsa permanência consiste em auxílio financeiro destinado a acadêmicos, regularmente matriculados na UEPG, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o objetivo de assegurar a permanência do acadêmico na Instituição e o regular prosseguimento de seus estudos.⁵

E ainda um total de 864 estudantes que são público-alvo do benefício de isenção e desconto na utilização do Restaurante Universitário, os quais fazem jus a isenção 830 por se tratarem de estudantes com renda per capita de até ½ salário mínimo nacional ou com renda familiar mensal de até 03 (três) salários

³ BRASIL, Presidência da República. Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6135-26-junho-2007-555845-publicacaooriginal-75331-pe.html>. Acesso em: 25, abr. 2020.

⁴ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 25, abr. 2020.

⁵ Para a classificação e concessão do benefício é dada prioridade ao estudante com menor renda per capita, constatada através de apresentação da folha de rosto do Cadastro Único do Governo Federal. O edital PRAE n. 04/2020 em seu artigo. 3º, o qual versa sobre os critérios de concessão do benefício conforme segue: “Art. 3º Dos critérios da seleção: A ordem de classificação será definida pela vulnerabilidade familiar dos estudantes inscritos, sendo estabelecida a partir da renda familiar mensal per-capita privilegiando-se os inscritos com menor renda per capita.” (PRAE, Edital 04/2020).



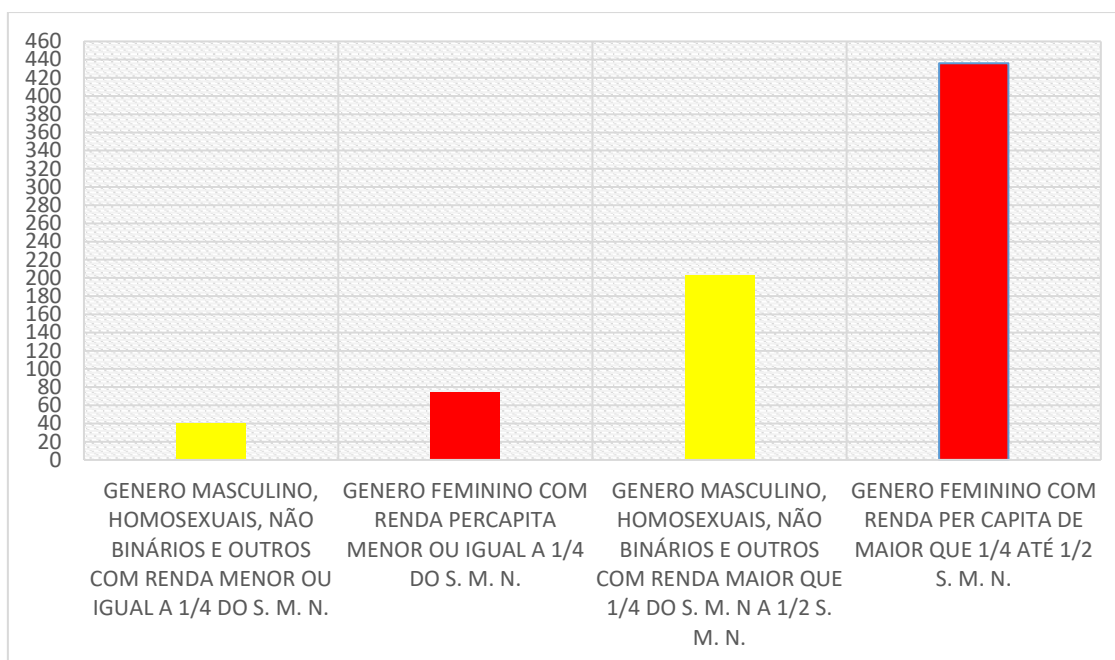
mínimos (nacional) e 34 tendo direito ao desconto por serem parte de um grupo de estudantes com renda familiar mensal superior a 03 (três) salários mínimos (nacional), conforme preconiza a Resolução CA No 091, de 17 de abril de 2017. Estas informações são importantes para termos a configuração da demanda do maior benefício assistencial da política de assistência estudantil da UEPG no contexto imediatamente anterior a pandemia, como um dos parâmetros de análise, sem desconsiderar as particularidades e a complexidade deste contexto de pandemia, na qual a realidade de vulnerabilidade social dos estudantes se intensificou.

Neste cenário de pandemia se intensificaram as problemáticas já expostas anteriormente e ainda por que diferentemente do período de atividades acadêmicas no qual o RU faz parte de um benefício cotidiano que assegura a segurança alimentar dos estudantes, neste cenário de cancelamento das atividades do calendário, o RU fechou e parte dos estudantes se encontram em situação inclusive de insegurança alimentar devido a este fator, uma vez que o RU era fundamental para o acesso a alimentação diária dos mesmos e que o custo com alimentação a ele agregado não fazia parte do orçamento doméstico pessoal e familiar dos estudantes que dele se beneficiam durante o ano letivo. Neste sentido, faz-se importante destacar que está sendo assegurado o pagamento das bolsas permanência, que é no valor de R\$ 400,00, neste período de isolamento, mas que por questões de logística e inviabilidade objetivas o restaurante universitário teve que suspender suas atividades, uma vez estando a comunidade universitária em situação de isolamento social. Manteve-se ainda o funcionamento da Casa do Estudante, assegurando-se a segurança habitacional aqueles estudantes que não manifestaram interesse em retornar para suas residências de origem, por considerarem a permanência na moradia estudantil uma medida profilática no contexto da pandemia.

Destaca-se que foi assegurado pela instituição condições financeiras para o retorno dos estudantes que desejaram retornar para suas residências familiares e para assegurar o atendimento a necessidades básicas com vistas a segurança alimentar dos estudantes que demandaram a PRAE, no contexto imediato de início do período de isolamento social, através da concessão de auxílio emergencial no valor de R\$125,00, para o qual tem sido levado em consideração, preferencialmente, os critérios para o benefício da Bolsa Permanência, além de já considerar outros fatores de vulnerabilidade social, de natureza qualitativa, advindos do contexto da pandemia.

Cruzando os dados da renda referentes a este grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade social, configurado no contexto da pandemia, ou seja, os 679 estudantes que declararam renda de até meio salário mínimo nacional per capita, com os dados de pertencimento de gênero, temos o seguinte gráfico.

GRÁFICO 2 – PERTENCIMENTO DE GÊNERO, CONFORME ESTRATO DE RENDA PER CAPITA ENTRE OS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – UEPG – ABRIL 2020.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Conforme dados do gráfico acima, verifica-se que a vulnerabilidade social acomete principalmente estudantes pertencentes ao gênero feminino, sendo que estas representam 64% deste público, com 436 estudantes nesta faixa de renda e destas 74 se enquadram na faixa de renda per capita menor ou igual a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional. Destaca-se que o percentual total de estudantes pertencentes ao gênero feminino que responderam a pesquisa é de 60%. Isso comprova que há uma maior incidência de vulnerabilidade social, entre as estudantes pertencentes ao gênero feminino, com um aumento 4% quando analisado somente o grupo dos/das estudantes com baixa renda per capita.

Entre os estudantes pertencentes aos demais gêneros (masculino, não-binário, homossexual e outros), juntos representam 36%, sendo que 40 deles possuem renda menor ou igual a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o que indica também um índice de extrema pobreza mais elevado entre as estudantes do gênero feminino, em comparação aos demais gêneros, o que reforça a condição de subalternidade do gênero feminino no que se refere ao acesso a renda.

Quanto aos cruzamentos dos dados de renda com o pertencimento étnico-racial, constata-se que entre os vulneráveis encontram-se 72,9% brancos,

18,8% pardos, 4,7% pretos, 1,2% amarelos, 0,4% indígenas e os demais não quiseram declarar.

TABELA 1 – PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL DOS/DAS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E DOS DEMAIS ESTRATOS DE RENDA E DO PÚBLICO GERAL DA PESQUISA – UEPG – 2020.

Pertencimento étnico-racial	% em relação ao público em vulnerabilidade, de renda per capita de até ½ S. M. N.	% em relação aos estratos de renda per capita superiores a ½ S. M. N.	% em relação ao público geral da pesquisa
Branco	72,9%	81,9%	80,6%
Pardo	18,8%	11,9%	12,9%
Preto	4,7%	2,9%	3,2%
Amarelo	1,2%	1,2%	1,2%
Indígena	0,4%	0,4%	0,4%
Não quis declarar	2%	1,7%	1,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota-se, diante dos dados apresentados na tabela acima, que entre os brancos o público em situação de vulnerabilidade é inferior em 9%, em comparação aos estratos de renda superiores e em 7,7% quando comparado ao público geral da pesquisa. Os pardos sofrem aumento 5,9% quando comparado ao público geral e de 6,9% em comparação aos estratos superiores a ½ salário mínimo per capita. O percentual dos pretos em vulnerabilidade social é superior em 1,8% em relação aos estratos de renda superiores aos considerados parte do grupo de vulneráveis e em comparação ao público geral o aumento é de 1,5%. Os amarelos permanecem com o mesmo percentual nos dois estratos de renda analisados, de 1,2% e no público em geral. O mesmo acontece com os indígenas, com 0,4%. Diante do exposto verifica-se que há um aumento dos percentuais de pretos e pardos entre os vulneráveis e o inverso acontece em relação aos brancos, o que confirma a tendência maior índice de vulnerabilidade dentre estes grupos no contexto universitário. Portanto, a vulnerabilidade social na universidade além de gênero, ela tem cor. E estas variáveis corroboram com um perfil de maior exclusão entre estes grupos historicamente excluídos na sociedade brasileira. Há aqui evidências da necessidade de se trabalhar com a intensificação de políticas de assistência estudantil que levem em consideração recortes qualitativos tal como propostos pelas políticas afirmativas. Atualmente são garantidas ações afirmativas, através da política de cotas para o acesso de pretos e pardos oriundos de escolas públicas, mas ainda é necessário avançar nas ações afirmativas garantidoras da permanência destes estudantes na universidade, o que deve levar em consideração ainda elementos específicos que envolvem a questão de gênero também. Neste sentido, a seguir serão



adentradas às análises dos fatores relacionados a responsabilidades domésticas e familiares quanto a cuidado intenso de alguma pessoa da família (filhos(as), crianças, idosos, pessoas com deficiência e ou atividades relacionadas a cuidados domésticos, o que historicamente são atividades desempenhadas por mulheres.

Entre o público de estudantes em situação de vulnerabilidade social, 301 estudantes declaram ser responsáveis por atividades desta natureza, sendo que destes 216 se declararam pertencentes ao gênero feminino, o que representa 72,4% do público, considerando que estas atividades interferem nas horas a serem destinadas para o estudo. Em relação ao quadro geral, o percentual de estudantes do gênero feminino que se declarou responsável por estas atividades foi de 26%, o que significa que as responsabilidades familiares e domésticas se intensificam, em 46,4% entre as estudantes que pertencem ao grupo de estudantes em situação de vulnerabilidade social, quando comparado percentual geral de estudantes do mesmo gênero.

Entre todos os gêneros declarados na pesquisa, as variáveis relacionadas a responsabilidades domésticas e familiares e seu impacto no tempo a ser destinado ao estudo, descritas acima, é uma realidade para 38,5% dos estudantes pesquisados.

Quanto a viabilidade do lugar de permanência para o estudo 27,1% do total de estudantes declarou que não possui um lugar viável para estudo/concentração neste contexto de pandemia, como um dos fatores que impacto no tempo de estudo. Entre os vulneráveis, esse percentual é de 36,2%. Esta questão comparece para 85 estudantes da pós-graduação. Convém destacar que a produção de textos e o nível de concentração e o tempo dedicado aos estudos exigidos para estudos pós-graduados é, via de regra, superior ao necessário/exigido para a graduação.

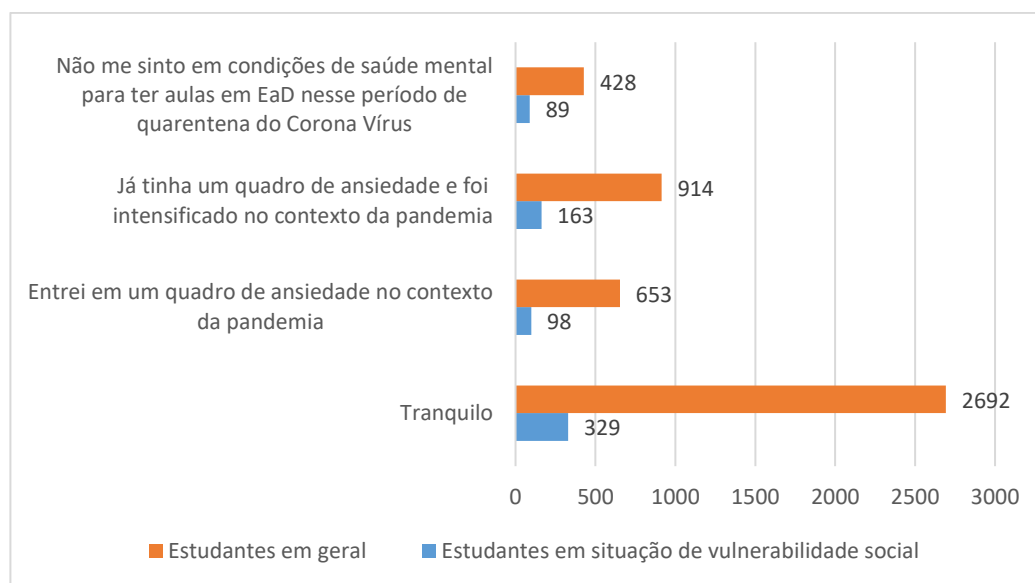
135 estudantes declaram que o fator trabalho é um dos que impacta no tempo a ser destinado para o estudo em casa, sendo que este fator impactante para 75 estudantes que pertence ao gênero masculino e para 60 do gênero feminino.

Em relação a questão da deficiência, verificou nos dados que 182 estudantes manifestaram ter algum tipo de deficiência ou transtorno do desenvolvimento, sendo que destes 11 são estudantes da pós-graduação stricto sensu, 3 com deficiência auditiva, 34 com deficiência visual, 13 com deficiência física, 105 estudantes com déficit de atenção e ou déficit de atenção e hiperatividade e 5 com transtorno do espectro autista e 22 manifestaram outros transtornos e/ou doenças relacionadas a saúde mental. 34 estudantes pertencentes ao grupo de pessoas com algum tipo de deficiência e/ou transtorno

do desenvolvimento estão entre os estudantes vulneráveis socialmente. Destes 13 se sentem muito capazes de ter aula em Ead, por manter rotina disponível e ter condições estruturais ideais para esse tipo de situação, 73 se sente capaz por ter condições de se adequar a essa situação, 83 se sente com dificuldade, embora não tenha condições para EaD ou estrutura necessária, posso me adequar a essa necessidade e 13 se sente incapaz, por não possuir condições financeiras de arcar com a utilização da internet.

Quanto às questões relacionadas a saúde mental constatou-se o seguinte quadro em relação ao período da pandemia, considerando-se o público vulnerável socialmente e o total de estudantes que participaram da pesquisa.

GRÁFICO 3 – SENTIMENTO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO A SUA SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA, CONSIDERANDO A POSSIBILIDADE DE TER AULAS EM EAD – UEPG – ABRIL/2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Verifica-se no gráfico acima que o total de estudantes que se consideram tranquilos no geral representam 57,4% e entre os vulneráveis esse índice é de 48,4%. Estudantes que entraram em quadro de ansiedade e ou tiveram esse quadro intensificado representam juntos um percentual de 33,4% e entre os vulneráveis esse índice é de 38,4%. Destaca-se estes indicativos para a necessidade de planejamento de ações voltadas ao contexto de retorno dos estudantes às atividades acadêmicas, tendo em vista que este quadro terá rebatimento direto e indireto no desempenho acadêmico, no quadro de saúde em geral dos estudantes e ainda em questões diversas relacionadas ao cenário



de convivência/isolamento social, a depender dos rumos das atividades acadêmicas que se desenhar.

A seguir será dado enfoque às questões relacionadas ao acesso à internet e às condições estruturais e de equipamentos para análise e apreciação em vista de um possível cenário de adesão à Ead na UEPG e ainda considerando que muitos dos cursos já possuem essa modalidade como parte dos projetos políticos pedagógicos no âmbito da Universidade.

Quanto a experiência em EaD, 1082 estudantes afirmaram que possuem experiência, o que equivale a 23% do total de participantes da pesquisa. Destes, 187 afirmaram que a experiência foi ótima, 359 que foi boa, 298 regular e 233 ruim.

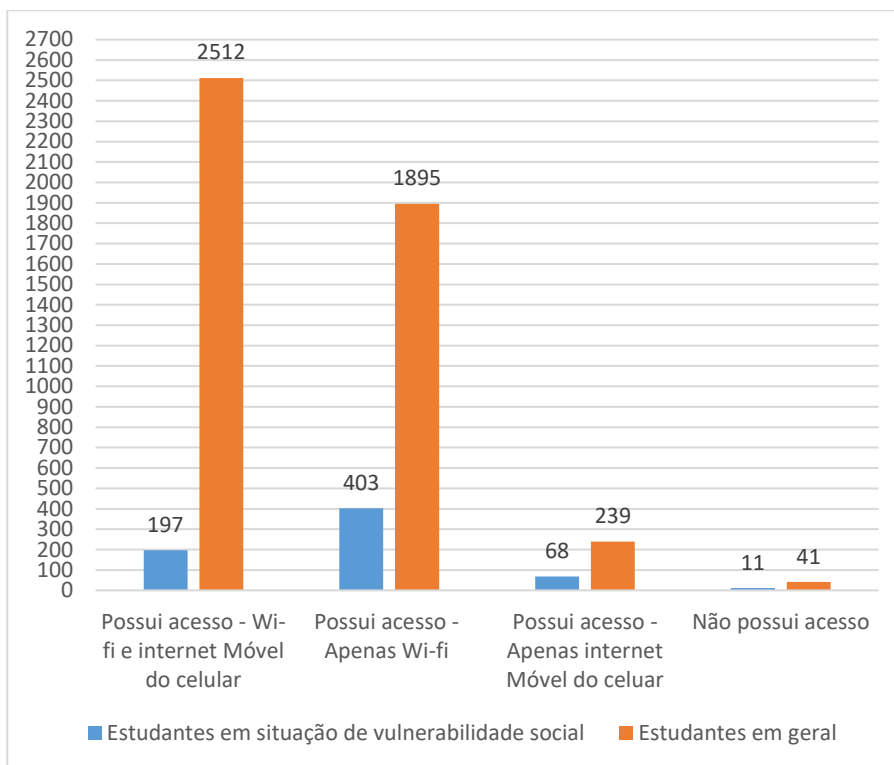
Quanto ao acesso à internet no domicílio dos estudantes, a seguir sistematizamos os dados visando apresentar um quadro geral das informações coletadas através da pesquisa, a fim de colaborar com a instrução do estudo, análise, debate e tomada de decisões quanto a adesão ou não da EaD na UEPG.

2.3 INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DOS ESTUDANTES PARA O ACESSO À INTERNET NUM CONTEXTO DE EAD

Todas as tabelas e o gráfico que abordam esta questão, em específicos tem padrão de apresentação contemplando os estudantes em geral e os estudantes em situação de vulnerabilidade social, considerando que este grupo é o público da política de assistência estudantil da UEPG e que neste contexto de análise da possível adoção da EaD faz-se *mister* que as condições deste grupo de estudantes sejam levadas em consideração, conforme dados da realidade, à luz não somente da renda, mas também do perfil de gênero, étnico racial, de saúde mental e sobretudo das condições estruturais que envolvem um cenário como este, a fim de assegurar a qualidade dos serviços prestados tanto de educação superior como os serviços da política de assistência estudantil.

Neste item optou-se pela apresentação dos dados referentes a todas as variáveis tratadas no questionário na sua maioria em números inteiros e em formato de síntese para que seja possível uma visão mais concreta da possível demanda a ser devidamente diagnosticada pela PRAE a *posteriore* e que servirá como ponto de partida deste processo técnico de trabalho para o planejamento e elaboração de políticas de atendimento seja no desenho de um cenário durante a pandemia que se opte pela modalidade EAD, seja para pensar a inclusão social dos estudantes em situação de vulnerabilidade social que não dispõem de condições para acesso à internet e que já fazem parte de cursos que possuem em sua projeto político pedagógico esta modalidade.

GRÁFICO 4 – ACESSO DOS ESTUDANTES DA UEPG A INTERNET EM SEUS DOMICÍLIOS – UEPG – ABRIL/2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 2 – ACESSO DOS ESTUDANTES DA UEPG A INTERNET EM SEUS DOMICÍLIOS, EM PERCENTUAL – UEPG – ABRIL/2020.

Status do acesso à internet	Estudantes em vulnerabilidade social	Estudantes em geral
Possui acesso - Wi-fi e internet Móvel do celular	197 (29%)	2512 (54%)
Possui acesso - Apenas Wi-fi	403 (59%)	1895 (40%)
Possui acesso - Apenas internet Móvel do celular	68 (10%)	239 (5%)
Não possui acesso	11 (2%)	41 (1%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 3 – STATUS DE ACESSO À INTERNET NO DOMICÍLIO DOS ESTUDANTES DA UEPG, POR REGIÃO – UEPG – ABRIL/2020.

Status de acesso à internet por região de domicílio	Estudantes em Vulnerabilidade Social	Estudantes em Geral
Moro em região rural que não possui acesso à internet	2	13
Moro em região rural que possui acesso à internet	35	235
Moro em região rural que possui precário acesso à internet	34	119
Moro em região urbana que não possui acesso à internet	6	19
Moro em região urbana que possui acesso à internet	527	4018
Moro em região urbana que possui precário acesso à internet	75	283
Total	679	4687

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 4 – ESTABILIDADE DE ACESSO À INTERNET NO DOMICÍLIO DOS ESTUDANTES DA UEPG – ABRIL/2020.

Estabilidade de Acesso à Internet no Domicílio	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
Muito boa. Posso realizar chamadas de vídeo por horas ou jogar jogos online livremente.	1244	103
Boa. Posso fazer chamadas de vídeo, mas às vezes elas travam um pouco.	2879	436
Ruim. Posso fazer apenas chamadas de voz, com bastante interferência.	439	105
Muito ruim. Não consigo realizar uma chamada nem de vídeo nem de voz, pois a comunicação é muito difícil.	85	24
Sem acesso à internet	40	11
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 5 – ACESSO A COMPUTADOR, NOTEBOOK OU OUTRA FERRAMENTA (DESCONSIDERANDO O CELULAR) DOS ESTUDANTES DA UEPG PARA REALIZAR EAD – UEPG – ABRIL/2020.

Acesso a computador, notebook ou outra ferramenta (desconsiderando o celular/smartphone) para realizar as atividades EaD	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
Sim	4144	527
Não	543	152
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 6 – ACESSO A UM DISPOSITIVO MÓVEL DOS ESTUDANTES DA UEPG, COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR ALGUMA PLATAFORMA PARA EAD – UEPG – ABRIL/2020.

Acesso a um dispositivo móvel (smartphone, celular) com capacidade de suportar alguma plataforma para EaD	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
Sim	3702	465
Não	985	214
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 7 – ACESSO DOS ESTUDANTES DA UEPG A CONDIÇÕES PARA SE ADAPTAR A UMA AULA EAD COM O MÍNIMO DE QUALIDADE – UEPG – ABRIL/2020.

Acesso a Condições para se adaptar a uma aula EaD com o mínimo de qualidade (rotina de estudos, lugar silencioso, concentração)	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
Sim	3302	378
Não	1385	301
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

TABELA 8 – POSICIONAMENTO DOS ESTUDANTES PARA A EAD NUM CENÁRIO DE CONDIÇÕES ESTRUTURAIS ADEQUADAS – UEPG – ABRIL/2020.

Posicionamento dos estudantes se num cenário de condições estruturais adequadas (internet, computador, celular, local, saúde mental, etc), gostaria de ter aula em EaD no atual momento de quarentena	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
Sim	2790	335
Não	1897	344
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).



TABELA 9 – TEMPO DISPONÍVEL DOS ESTUDANTES DA UEPG PARA ESTUDOS EM EAD - UEPG – ABRIL/2020.

Tempo destinado para estudos em EAD	Estudantes em Geral	Estudantes em Vulnerabilidade Social
1 hora por dia	436	84
2 horas por dia	1117	181
3 horas por dia	1317	189
4 horas ou mais por dia	1411	146
Apenas finais de semana	176	32
Nenhum	230	47
TOTAL	4687	679

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PRAE

Espera-se com este relatório contribuir com a geração de informação a toda a comunidade universitária e com a apresentação de subsídios para os debates e tomada de decisões e ainda para o planejamento de ações junto dos/as estudantes neste contexto da pandemia do Coronavírus e em outros contextos que desafiem a universidade a pensar o ensino, a pesquisa e a extensão na perspectiva da garantia da manutenção da sua qualidade e acessibilidade a toda a comunidade estudantil, bem como na elaboração de projetos institucionais diversos.

Ponta Grossa, 27 de abril de 2020.

Silmara Carneiro e Silva
**Diretora de Ações Afirmativas e
 Diversidade**

Guilherme Portela
Representante Discente no CoU

Ione da Silva Jovino
**Pró-reitora de Assuntos
 Estudantis**

Isabella Sans Gobbo
**Associação de Pós-graduandos da
 UEPG**